



Índice

- 01** Índios produzem café na Amazônia e geram empregos para a cidade
- 02** Índio realiza formação para professores de Sto. André
- 03** Dilma terá de solucionar conflitos indígenas, diz Lula, que foi presidente por 8 anos e não assumiu a responsabilidade
- 04** Desafio dos povos indígenas é tentar recuperar a identidade e a cultura perdida ao longo dos anos
- 05** Agricultores expulsos pela Funai da Suiá-Missu poderão receber ajuda humanitária
- 06** MEC lança programa de intercâmbio e acompanhamento para negros e indígenas
- 07** Indígenas discutem segurança alimentar em Brasília
- 08** Carta dos Povos Indígenas e Quilombolas do Maranhão
- 09** Delcídio e Zé Teixeira discutem conflitos indígenas em MS
- 10** Mandetta alerta para o fim da trégua entre indígenas e produtores
- 11** Indígenas ajudam a combater pesca predatória de pirarucu no Amazonas
- 12** Ibama instala brigada indígena em Coroa Vermelha
- 13** Finais do arco e flecha e arremesso de lança serão neste sábado
- 14** CNBB: Nota sobre conflito no sul da Bahia
- 15** Revista acadêmica "Crítica do Direito" faz edição especial sobre comunidades



quilombolas

- 16** Quilombolas do Ceará celebram a Consciência Negra
- 17** A farra das demarcações indígenas
- 18** Indígenas realizam oficina de projeto pedagógico em escolas de nível médio Baniwa
- 19** Questão Indígena: Demora na edição de nova portaria da AGU causa insegurança jurídica ao produtor
- 20** Índios prometem reagir a leilão de produtor para contratar "melícia armada"
- 21** MPF-MT abre inquérito para acompanhar pleitos de indígenas
- 22** Assassinatos de indígenas no Brasil crescem 269% nos governos Dilma e Lula
- 23** Conjuntura: ataques aos direitos indígenas seguem, mas não sem resistência
- 24** Procuradores agem em defesa de quilombos
- 25** Indígenas recebem investimento de R\$ 8 milhões para reforçar produção rural no Acre
- 26** Comunidade quilombola disputa região com Marinha na Bahia
- 27** Regularização de terras quilombolas será tema de audiência
- 28** São Francisco do Conde: Igreja em área quilombola será recuperada
- 29** Regularização fundiária quilombola é tema de audiência pública
- 30** NEGOS do VEIGA > Comunidade quilombola inicia festejos da Consciência Negra
- 31** MIS Campinas exhibe documentários sobre comunidades quilombolas
- 32** Negros escravizados no período colonial resistiram como puderam, diz especialista



Boletim de Notícias - Edição nº 208 / 2013

Brasília, 18 de novembro de 2013.

-
- 33** [Quilombo dos Palmares expõe vestígios da resistência negra em AL](#)
 - 34** [Universitários pedem doações para campanha de ribeirinhos](#)
 - 35** [Radiofonia ajuda comunidades](#)



Índios produzem café na Amazônia e geram empregos para a cidade

SÍTIO G1, 15.11.2013

Cacoal cresceu em menos de quatro décadas por causa do café. Ele se adaptou muito bem ao clima de uma parte da Amazônia.

A floresta fechada se partiu com a rodovia. Flashes de memória. Lembranças da menina de 12 anos, que veio do Sul, trazida pelas mãos do pai.

Globo Repórter: A cidade nasceu a partir daqui, da BR?

Lourdes Kenter, professora: Exatamente, essa região aqui foi os primeiros barracos, os primeiros comércios de Cacoal. Aqui era o centro de referência de todo mundo.

A cidade cresceu tanto - em menos de quatro décadas - por causa de um imigrante que veio de longe. Ele se adaptou muito bem ao clima de uma parte da Amazônia, cresceu e prosperou. Cacoal só é o que é hoje por causa dele, do café.

As mudas de café vieram na bagagem de quem se aventurou por essas bandas. E elas transformaram a vida de muita gente.

"O café é uma especiaria consumida no mundo inteiro. E quem não conhece, quando prova a primeira vez, se apaixona. Quando você trata bem o cliente e quando ele gosta do seu produto, que é o café, tudo isso vai te dar um retorno chamado dinheiro", explica Bruno Assis, especialista em café.

Milhares de agricultores vieram para Cacoal na década de 1970. Seu Francisco foi um dos pioneiros. Veio com a família do Espírito Santo. Na cozinha de dona Neila não falta café fresquinho.

Juntos, eles plantaram café e colheram uma vida cheia de conquistas. Casa própria, carro e uma máquina de beneficiamento de grãos. Com o dinheiro da pequena usina caseira, os três filhos foram estudar. Letícia já está na faculdade. Assim como muitos outros filhos de Cacoal.

A cidade é hoje um centro universitário com mais de sete mil alunos e 38 cursos superiores, incluindo medicina. Tem até um centro de referência para o tratamento de câncer.

O crescimento dessa região acabou atraindo bons negócios para os índios também.

"Hoje no território todo a gente tem aproximadamente mais de 800 mil pés de café. Então, a partir dessa produção que nós estamos fazendo dentro do território Suruí, vai gerar emprego também para as cidades. Isso também aumenta a qualidade de vida de quem vai consumir nosso produto", diz Almir Suruí, líder indígena.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208 / 2013

Brasília, 18 de novembro de 2013.

Muito trabalho e vontade de crescer. Quem enxerga longe, vê surgir no Brasil do interior não apenas novas cidades, mas novas oportunidades.

Índio realiza formação para professores de Sto. André
SÍTIO ABCD MAIOR, 15.11.2013

Primeira atividade integra plano do município para fortalecer o ensino das culturas afrobrasileira e indígena



Professores de Santo André participam de formação com o índio Kaká Werá. Foto: Divulgação/Miguel Denser

O índio Kaká Werá, ambientalista e fundador do Instituto Arapoty – de difusão dos valores das culturas afro-brasileira e indígena –, dará continuidade nesta segunda-feira (18/11), ao programa de Formação de Professores sobre História e Cultura Afrobrasileira e Indígena, em Santo André. O objetivo é atender a lei federal 10.639 – criada há 10 anos e que obriga a inclusão da disciplina na grade curricular das escolas. A diretriz, que tem sido aplicada por meio de ações pontuais realizadas em sala de aula, ganhará atenção maior no município, a partir de 2014.

Na atividade de segunda, os professores de educação física aprenderão, com o índio Kaká, jogos e brincadeiras indígenas para aplicar nas aulas, em oficinas que serão realizadas no Parque Escola, nos períodos da manhã e tarde. A programação de formações continuará no próximo ano.

Nesta quinta-feira (14/11), Kaká iniciou o programa de formação no Centro de Formação Clarice Lispector. Na oportunidade, o índio falou sobre a história de seu povo e mudanças na educação dos indígenas no decorrer dos séculos até os dias atuais. De acordo com o diretor do Departamento de Articulação de Políticas Educacionais, Nelso Stepanha, a palestra dá início a uma série de atividades de formação.

Lei – A lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, foi alterada pela lei 11.645, de 10 de março de 2008, que acrescentou a obrigação do ensino da História e Cultura Indígena nas escolas. Assim, a legislação determina que as culturas afrobrasileira e indígena sejam ensinadas nas escolas do Ensino Fundamental e Médio da rede pública e privada de todo Brasil. A intenção é incluir nas unidades diversos aspectos da história dessas etnias. Conforme a legislação, os conteúdos devem estar presentes em todo o currículo escolar, em especial, nas áreas de educação artística, literatura e história.



Dilma terá de solucionar conflitos indígenas, diz Lula, que foi presidente por 8 anos e não assumiu a responsabilidade

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 15.11.2013

Para Lula, que foi presidente por 8 anos e nunca se moveu para solucionar a Questão Indígena, a presidente Dilma Rousseff que o sucedeu terá que tomar para si a responsabilidade de solução dos conflitos indígenas. Caso isso não aconteça, a chefe do Executivo nacional corre o risco de "colocar em jogo" a própria imagem e também a do Brasil.

Em evento com a militância do PT no Estado, Lula afirmou que "possivelmente a presidenta Dilma tenha que assumir ela própria o comando dessas articulações". O risco, conforme Lula, é manchar a imagem do País. "Não é apenas a imagem do índio, a imagem do fazendeiro, a imagem de Mato Grosso do Sul. É a imagem do Brasil e da nossa presidenta que estará em jogo. Portanto, eu vou conversar com ela a respeito desse assunto".

Lula saiu dizendo que reportará à Dilma o clamor de índios e produtores rurais por uma solução definitiva para o problema. "Eu vou levar para a presidenta Dilma, porque eu acho que ela vai ter que cuidar disso com carinho. Ela própria, porque já era pra ter sido resolvido há muito tempo atrás", sustentou.

O ex-presidente falou em paz e em guerra, dizendo que o ideal é que a saída para os conflitos seja tomada ainda em "tempos de paz", porque "na hora que começar a guerra vai ser muito mais difícil, muito mais caro e muito mais complicado".

Fonte: Blog Questão Indígena

Desafio dos povos indígenas é tentar recuperar a identidade e a cultura perdida ao longo dos anos

SÍTIO VEJA DE TUDO, 15.11.2013

Atualmente existem cerca de 380 índios Náuas na região do Juruá.
Cacique afirma que convivência com os 'brancos' foi um prejuízo ao povo.



Há 109 anos, Cruzeiro do Sul (AC) era uma cidade povoada pelos índios Náuas. A ocupação na região do Vale do Juruá, em que a cidade fica localizada, foi mais lenta devido a resistência desses grupos indígenas. O que, de acordo com o historiador Marcus Vinícius, contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da região.

"A ocupação dos afluentes do rio Juruá foi mais lenta, o que explica um desenvolvimento mais lento naquela região. Ou seja, os grupos indígenas no Acre tiveram uma influência fundamental na formação da sociedade acreana. Diferente do que a gente normalmente acredita, eles não foram só vítimas, eles determinaram parte desse processo histórico", explica o historiador.

O Acre possui 14 povos indígenas que falam línguas diferentes a partir de três troncos lingüísticos: pano, aruak e arawá. Os náuas (também escrito como nawas) são os povos indígenas do tronco lingüístico Pano, no qual fazem os grupos com a terminação nawa, tal como Kashinawá, Yawanawá, Jaminawá. Outro tronco lingüístico com registro de ocupação na região do Vale do Juruá, de acordo com o historiador, são os Aruaks, que tem como principais grupos conhecidos os Apurinã, Machineri e Kulina.

CONT.

De acordo com Vinicius, não é possível afirmar que os náuas eram os primeiros povos a habitar a região do Vale do Juruá. "Antes da ocupação dos índios Panos, que se deu há aproximadamente 2 mil anos, os povos do tronco linguístico dos aruaks já haviam passado por aquela região. Mas quando os exploradores chegaram ao local, eram os Náuas que viviam no Vale do Juruá", explica.

O historiador conta que os aruaks foram expulsos pelos náuas antes da chegada dos não-indígenas, popularmente conhecido como 'brancos'. Vinicius explica que há indícios dos aruaks terem contatos com exploradores e peruanos, o que colaborou na relação com os brasileiros ao chegarem no Acre.

Náuas atualmente

De acordo com o representante da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Vale do Juruá, Luiz Valdenir da Silva Souza, hoje a situação dos povos Náuas é mais segura, apesar de ainda não terem seu território demarcado. O grupo que tem cerca de 380 índios, morava em uma comunidade ribeirinha às margens do Rio Môa no município de Mâncio Lima (AC).

Na opinião do representante da Funai, o aniversário da cidade de Cruzeiro do Sul, no final de setembro, foi um momento de reflexão para os povos indígenas.

"Foi um choque muito grande para os povos indígenas ter enfrentado a civilização com violência e ter que se adaptar à realidade dos seringueiros para sobreviver. Muitos desses povos foram extintos, outros expulsos de suas próprias terras, e aos poucos foram formando grupos para continuar sua vida na floresta. Os que não aceitaram viver com os brancos se isolaram na selva", comenta.



Na opinião do cacique Joel Poyanawa a convivência com os 'brancos' foi um prejuízo grande para os povos indígenas. "Se a mudança foi boa para os brancos para nós não foi tão bom assim, muitos povos foram perdendo sua identidade, seus costumes, sua cultura, forma de alimentação, e muitas doenças foram aparecendo, o que eliminou muitos índios", afirma o cacique.

Segundo Poyanawa, hoje o grande desafio dos povos indígenas que foram afetados de forma agressiva pela civilização é tentar recuperar a identidade e a cultura que foi se perdendo ao

longo dos anos.

Cruzeiro do Sul

Até o ano de 1970, Cruzeiro do Sul ainda era um seringal. A cidade tinha pouco mais de 20 mil
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208 / 2013

Brasília, 18 de novembro de 2013.

habitantes, a principal fonte de renda era a exploração da borracha. Mas para permanecer no território acreano os seringueiros ainda tiveram que enfrentar outra luta contra um grupo de peruanos que pretendia invadir a cidade.

Segundo o aposentado Adilis Nogueira Maciel de 101 anos de idade, Cruzeiro do Sul só começou a se desenvolver a partir de 1971, após o 7º Batalhão de infantaria de Selva (7ºBec) ter se instalado no município.

Hoje Cruzeiro do Sul é a segunda maior cidade do Acre com mais de 78 mil habitantes.



Agricultores expulsos pela Funai da Suiá-Missu poderão receber ajuda humanitária
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 15.11.2013

A Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso da Câmara Legislativo de Mato Grosso deverá intermediar junto ao Governo Federal apoio para os ex-moradores da Gleba Suiá-Missú. A iniciativa foi destacada pela ação mal coordenada que expulsou milhares de famílias da gleba, na Região Noroeste de Mato Grosso, e não deu nenhuma condição para que recomeçassem. O processo de desocupação foi determinado pelo Ministério da Justiça e completará um ano no próximo mês.

O deputado Ezequiel Fonseca (PP) disse que é preciso acompanhar de perto a situação dessas famílias que sofrem as consequências causadas pela desocupação do local, demarcado pela Funai como Terra Indígena Xavante.

De acordo com o deputado Sebastião Rezende (PR), que esteve no local recentemente, o problema é grave, pois muitos trabalhadores rurais com idade avançada, tiveram que recomeçar a vida do zero, uma vez que foram expulsos com uma mão na frente e um dedo atrás. "Retiraram trabalhadores que vivam ali há 20 ou 30 anos. Agora, a mesma justiça deve cobrar do Incra soluções para essas famílias. Foram registrados casos de pessoas que se endividaram, alguns cometeram suicídio. É lamentável, a situação é totalmente desumana, afirmou Rezende.

Deputado Zeca Viana (PDT) disse que o Governo Federal está sendo omissivo. E citou que as famílias que viviam da agricultura familiar na Suiá-Missú, agora vivem da doação de alimentos e de bolsa família.

O Governo Federal, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, reconhece houve violações de direitos durante a operação de Expulsão dos produtores rurais da Suiá-Missu. A operação foi coordenada por Paulo Maldos, assessor de Gilberto Carvalho na Secretaria Geral da Presidência da República.

Apesar de reconhecer que houve abusos na operação de desintrusão na Suiá-Missu, o Governo iniciou na semana outra operação de desintrusão no Maranhão. A operação obedece os mesmos moldes da anterior e também é coordenada por Paulo Maldos e Gilberto Carvalho.

Mortes

Os vereadores Nivaldo Levino (PP) e Jailton (PROS), do município de Alto Boa Vista, apresentaram ao deputado Ezequiel Fonseca (PP), cópia de 25 certidões de óbitos de pais de família que morreram de depressão, alcoolismo e assassinatos após as famílias serem expulsas da gleba Suiá-Missú.

Nivaldo Levino contou ao deputado que após a desocupação da área, houve um descaso por
CONT.



parte do poder público que se estende até os dias de hoje. Segundo ele, muitas famílias estão passando sérias necessidades, em estado de miséria, principalmente as que estão instaladas no projeto Casulo do Governo Federal. O local é formado por brejo e as famílias vivem em barracos de lona preta.

“Esse projeto é mentiroso, mais conhecido como vila da miséria, um loteamento com 192 famílias que estão passando fome. Não tem como levar água, nem médico para o local por conta do brejo, a situação é muito triste, lá só entra de trator. A prefeitura estava fazendo a doação de cestas básicas, mas não está tendo condições de continuar com o apoio”.

A saída, conforme o vereador está partindo dos pequenos empresários locais que promovem eventos a fim de arrecadar fundos para sustentá-los. “Outras pessoas estão morando no barracão de um clube. Outras famílias, com um pouco mais de condições, buscaram ajuda em outros municípios”, diz Leveino. Parte das famílias recebem acompanhamento de três psicólogos contratados pela prefeitura de Alto Boa Vista.

Fonte: Blog Questão Indígena



MEC lança programa de intercâmbio e acompanhamento para negros e indígenas
SÍTIO BOL, 15.11.2013

Cristiane Capuchinho
Do UOL, em São Paulo

O MEC (Minsitério da Educação) lançará no próximo domingo (17) um programa de acompanhamento acadêmico para negros, indígenas e deficientes físicos nas instituições de ensino superior federais. O lançamento oficial será feito pelo ministro Aloizio Mercadante durante o I Fórum Nacional de Alunos Cotistas, em São Paulo.

Intitulado Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento, o objetivo é ajudar essas populações a ingressarem na pós-graduação. Dentro do programa devem constar bolsas de intercâmbio acadêmico, apoio para o aprendizado de língua estrangeira e aulas complementares durante a graduação.

"Queremos mudar o cenário da pós-graduação no Brasil para garantir equidade racial", afirmou Macaé Evaristo, da Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) do MEC. "É preciso fazer uma política afirmativa para que esses estudantes possam acessar a pós."

"O programa de fomento para estudantes negros e indígenas à pós-graduação pretende que esses alunos possam chegar a ser professores negros e indígenas nessas universidades", disse Macaé, que está presente ao Fórum de Alunos Cotistas. "Democratizar a educação é democratizar também o corpo docente."

1 ano da lei de cotas

Em 2013, as universidades federais incluíram 46.138 (32.5%) estudantes por meio da Lei de Cotas. Do total de ingressantes, 17,8% são pretos, pardos ou indígenas. Mais de 27.500 dos alunos que entraram por meio da Lei de Cotas tem renda menor que 1,5 salários mínimos.

Para garantir a permanência desses cotistas, o MEC criou uma bolsa que atende alunos com renda de até 1,5 salários mínimos em cursos com carga horária de mais de 5 horas. São auxílios de R\$ 400 e, segundo estudos do ministério, até o final do ano terão sido distribuídas 4 mil bolsas de permanência.

Outras 2 mil bolsas específicas para indígenas e quilombolas também terão sido distribuídas. Os auxílios a esse grupo é de R\$ 900 mensais.

Para Macaé Evaristo, a diferença entre a demanda (número de alunos carentes) e auxílios concedidos pelo MEC pode ser suprida por bolsas concedidas pelas universidades. "Temos o Pnaes [Plano Nacional de Assistência Estudantil] , que é um dinheiro para auxílio moradia, alimentação e bolsas", explicou a secretária.



Boletim de Notícias - Edição nº 208 / 2013

Brasília, 18 de novembro de 2013.

Indígenas discutem segurança alimentar em Brasília

SÍTIO PANTANAL NEWS, 15.11.2013

Cerca de 60 mulheres indígenas de 28 etnias e representantes do governo federal participaram nesta semana do 1º Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional, em Brasília. Elas debateram questões culturais e como os alimentos industrializados prejudicaram a saúde alimentar dos indígenas nos últimos tempos. O secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnoldo de Campos, destacou a qualidade e a forma de aquisição dos alimentos como prioridades na assistência aos indígenas.

Carta dos Povos Indígenas e Quilombolas do Maranhão
SÍTIO CIMI, 15.11.2013



Nós, Quilombolas e Indígenas do Maranhão, reunidos nos dias 12,13 e 14 de novembro de 2013 no I Encontro de Indígenas e Quilombolas do Maranhão, no Centro Diocesano de Mangabeira, município de Santa Helena Diocese de Pinheiro – Maranhão, compartilhamos nossa alegria de viver, denunciemos as injustiças e anunciamos um novo tempo de luta e resistência.

Indígenas dos povos Krikati, Pykobjê – Gavião, Krenyê, Tenentehar/Guajajara, Krepumkatejê, Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom) e comunidades quilombolas do Tocantins, Amapá, Rondônia, Pará, Mato Grosso e Minas Gerais, Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Justiça nos Trilhos, Cáritas, CSP-Conlutas, entre outras entidades de apoio à luta dos povos indígenas e quilombolas, refletimos, cantamos, dançamos e decidimos que o momento é de união de forças para denunciar as constantes violações aos nossos direitos, as constantes perseguições às nossas lideranças, a persistência do racismo e da discriminação ao nosso jeito de viver, de sentir, de pensar, de se expressar.

Com nossa cantoria e o toque do tambor, no gingado da nossa dança reafirmamos nossa identidade quilombola. Com nossos maracás e nossos pés batendo forte no chão anunciamos que somos povos indígenas desta terra e é nosso esse chão. Trocamos experiências de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208 / 2013

Brasília, 18 de novembro de 2013.

resistência; compartilhamos nossa dor pela constante discriminação que sofremos pela sociedade, pela violência e criminalização de nossos movimentos e prosseguimento do genocídio de nossos povos. Conhecemos a forma de viver e de celebrar de cada povo; cantamos em nossa língua própria a história de nossos antepassados e por eles e por nossos filhos e netos que virão reafirmamos nossas identidades. O tambor e o maracá soaram em conjunto o anúncio de novos tempos de resistência e certamente o fogo aceso será sinal de celebração de novas conquistas.

Nós, lideranças indígenas e quilombolas, denunciemos as constantes invasões de madeireiros e os ataques de ruralistas, mineradoras, de forças armadas, e do agronegócio que querem tomar e mercantilizar nossos territórios. Repudiamos a constante tentativa de cooptação de lideranças de nossos movimentos através de políticas compensatórias ilusórias e da sedução do dinheiro e do poder que dividem e trazem conflitos enfraquecendo a resistência.

Denunciamos a tentativa de aprovação de leis que ameaçam retirar direitos historicamente conquistados. Mostra-se vil a união do governo e dos deputados com o aval do judiciário em prol de uma proposta de crescimento econômico à custa do sangue dos nossos povos, da vida dos nossos rios e das nossas matas.

A participação e compromisso da juventude de nossos povos neste encontro anuncia que a resistência se renova à luz da sabedoria de nossos ancestrais e da experiência de nossos guerreiros e guerreiras apontando para um tempo de luta e de conquistas que será celebrado sobre o chão dos nossos territórios, sob a sombra de nossas árvores, ao som dos nossos maracás e tambores, cantando nas diversas línguas a chegada de uma nova era.

Santa Helena-Maranhão, 14 de novembro de 2013.



Delcídio e Zé Teixeira discutem conflitos indígenas em MS

SÍTIO DOURADOS NEWS, 15.11.2013

O senador Delcídio do Amaral(PT/MS) se reuniu nesta quarta-feira, 14 de novembro, em Campo Grande, com o deputado estadual Zé Teixeira (DEM), membro da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa e uma das mais expressivas lideranças do setor rural de Mato Grosso do Sul. Na pauta, a discussão sobre os conflitos que envolvem índios e produtores pela posse da terra no estado. Os dois parlamentares estão preocupados com a demora do governo federal em definir uma solução para o problema , o que , na opinião de ambos, só contribui para aumentar ainda mais a tensão no campo, em prejuízo dos indígenas, agricultores e do próprio país.

“Vim dizer ao Delcídio , que acompanha de perto a questão e tem sido um interlocutor importante com as autoridades em Brasília, que os produtores ficaram bastante esperançosos com a ajuda prometida pelo ex-presidente Lula de intermediar um acordo que solucione, definitivamente, esses conflitos, que, como ele próprio disse durante visita a Campo Grande, prejudicam bastante a imagem do Brasil no exterior. Vamos cobrar isso do Lula porque o nosso estado precisa de paz para produzir”, afirmou Teixeira.

Delcídio agendou o encontro do presidente da Acrissul, Francisco Maia, o prefeito de Iguatemi, José Roberto Arcoverde e o pecuarista Ricardo Bacha com Lula na manhã de quarta-feira, 13, quando foi relatada ao ex-presidente a gravidade da situação em Mato Grosso do Sul, especialmente nas regiões da Grande Dourados, em Miranda e no município de Paranhos. O senador está convencido de que Lula vai fazer tudo o que for possível para ajudar a resolver a questão.

“O ex-presidente ficou impressionado com o que ouviu e assumiu conosco o compromisso de conversar com a presidente Dilma sobre o assunto. Eu voltarei a Brasília na semana que vem e também vou pedir uma audiência à presidente para reforçar aquilo o que venho dizendo há meses. O governo federal tem que tomar alguma atitude definitiva até o dia 30 de novembro, como prometeu, seja ela a compra de fazendas para ampliar as aldeias ou qualquer outra solução que traga a paz ao campo e faça justiça aos produtores e às etnias. Não dá para esperar mais “, advertiu o senador.



Mandetta alerta para o fim da trégua entre indígenas e produtores

SÍTIO MIDIA FLEX, 15.11.2013

"A trégua entre indígenas e produtores rurais de Mato Grosso do Sul está chegando ao fim e o ministério da Justiça não apresentou soluções", alertou o deputado Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS), em pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados. "Os pilares da democracia estão sendo abaladas pela atual condução política do Ministério da Justiça, responsável pela questão indígena e também pela questão do pacto federativo que zele pela liberdade, propriedade, segurança e dá e exige o direito a resistência à opressão", afirmou o parlamentar.

Ele assinalou que Mato Grosso do Sul vive uma realidade de extrema gravidade contabilizando, até o momento, oitenta invasões de propriedades. Mandetta criticou a postura do ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, que foi ao Estado pedir uma trégua que acaba em 30 de novembro. "De lá para cá, anunciou aquisição de terras, anunciou que daria encaminhamentos para a Câmara da proposta de novo rito de demarcação e nada fez", argumentou.

Mandetta advertiu para um provável conflito agrário sem precedentes na história do país. "A Polícia Federal se declara impedida ou incapaz de exercer os mandatos das ordens judiciais de reintegração", enumerou.

O deputado assegurou que, com o iminente conflito, o campo está sem paz para trabalhar. "Só vemos o setor do agronegócio que carrega a política econômica deste país sendo tratado com desdém sendo tratado como deixa isso pra lá, depois a gente resolve isso por debaixo do tapete. Essa situação já foi longe demais", sustentou. Ele enumerou que atualmente há conflitos agrários em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Minas.

Citando o artigo 2º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que reconhece a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão, como sustentáculo da Revolução Francesa, o deputado Mandetta cobrou: "Onde estão os estadistas desta nação, onde estão as pessoas que são pagas para zelar pelo bem comum, pela ordem pública?". Depois de identificar a existência de conflitos por terras em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará, Bahia e Minas Gerais, Mandetta fez um apelo para a pacificação do campo. "A inscrição Ordem e Progresso em nossa bandeira não foi feita para enfeite, foi feita para ser honrada por aqueles que estão à frente dos governos", enfatizou.

Indígenas ajudam a combater pesca predatória de pirarucu no Amazonas

SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 15.11.2013

Manejo da pesca nas terras indígenas possibilita o desenvolvimento sustentável das comunidades

MANAUS - O manejo comunitário dos recursos pesqueiros é uma das apostas para incentivar o desenvolvimento econômico sustentável entre indígenas no Amazonas. Na última semana, terminou em São Paulo de Olivença (a 988 quilômetros de Manaus) o primeiro curso de capacitação em contagem do pirarucu em comunidades indígenas do alto rio Solimões. Com a atividade, os 20 beneficiados dos povos Tikuna, Kokama e Kaixana ajudarão a combater a pesca predatória do pescado típico da Amazônia, que chega a medir 3 metros de comprimento e pesar 250 quilos.



O pirarucu tem a pesca proibida em rios do Amazonas desde 1996. Foto: Chico Batata/Agcom

A capacitação aconteceu como parte do projeto Éware Tchoni (Terra Sagrada Tikuna e seus Peixes), que recebeu R\$ 608 mil em recursos do Banco Mundial (Bird). Ao todo, mais de 4 mil famílias de 72 comunidades têm sido beneficiadas diretamente com o projeto, que tem abrangência para 17 mil indígenas dos povos Tikuna, Kokama, Cambeba e Caixana, distribuídos em São Paulo de Olivença e Tabatinga, ambos localizados na região da tríplice fronteira: Brasil, Colômbia e Peru.

O curso realizado até dia 4 foi executado pela Associação dos Caciques Indígenas de São Paulo de Olivença (Acispo), com apoio técnico do Laboratório de Manejo de Fauna (LMF), do Instituto

CONT.



Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), e da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind). O processo de contagem do pirarucu estava inserido na oitava oficina do projeto.

De acordo com o titular da Seind, Bonifácio José Baniwa, ao apoiar o manejo comunitário dos recursos pesqueiros, uma antiga reivindicação oficializada pela Acispo é atendida, o consumo local é suprido e a comercialização do excedente passa a ser feita a preços mais justos. "Tudo isso faz parte de uma política macro de beneficiamento aos indígenas, que está inserida no programa Amazonas Indígena", destacou o secretário.

"A atividade foi muito produtiva, graças à participação dos indígenas e ao apoio de pessoas como o João Ferreira, que é técnico da reserva do Juruá pelo Instituto Chico Mendes; o Tony Braga, que é biólogo especialista em Ecologia no Inpa; e o Ernand Marques, técnico da Reserva de Mamirauá", ressaltou o representante da Seind no projeto, Rafael Costodio Tikuna.

O peixe

Ameaçado de extinção, o pirarucu tem a pesca proibida em rios do Amazonas desde 1996, durante o ano inteiro, por força de legislação federal. O peixe só pode ser comercializado se for oriundo de piscicultura devidamente registrada e acompanhado de comprovante de origem, bem como a pesca de caráter científico ou se tiver sido pescado em áreas de manejo de lagos autorizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama/AM).



Ibama instala brigada indígena em Coroa Vermelha
SÍTIO RADAR 64, 15.11.2013

Por Ascom/Ibama

Será instalada oficialmente na próxima terça-feira (19), em Santa Cruz Cabralia, a Brigada de Incêndio Indígena Coroa Vermelha. O ato de instalação acontecerá às 14h30, na Reserva Indígena da Jaqueira, localizada às margens do km 77 da BR 367.

Estarão presentes o superintendente do Ibama na Bahia, Célio Costa Pinto; o coordenador do Prevfogo/Ibama-BA, Denilson Oliveira; o gerente-executivo do Ibama em Eunápolis, Antônio Marco Nascimento, e diversas autoridades locais convidadas.

Durante o ato haverá a entrega de equipamentos e apresentação da brigada federal do Prevfogo/Ibama na terra indígena Coroa Vermelha.

Para a formação da brigada, foram selecionados, capacitados e contratados pelo Ibama, através do Prevfogo, 15 brigadistas, sendo um chefe de Brigada, dois chefes de Esquadrão e 12 brigadistas de combate que passam a compor a Brigada Indígena para exercerem as atividades de prevenção e combate aos incêndios florestais nas reservas indígenas da Jaqueira (sede da brigada) e Aldeia Velha.

O período de contratação da brigada está previsto entre 5 a 6 meses, coincidindo com o período crítico para ocorrência de incêndios. A brigada é composta preferencialmente por indígenas, visando a sensibilização do grupo para a proteção do seu maior patrimônio, que é a Reserva.

Segundo Denilson Oliveira, coordenador do Prevfogo/Ibama-BA, "proteger essas Reservas Indígenas de Porto Seguro, significa conservar alguns dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do município das consequências danosas do fogo".

Finais do arco e flecha e arremesso de lança serão neste sábado

SÍTIO 24 HORAS NEWS, 15.11.2013

O evento é realizado no Jardim Botânico, localizado na Avenida Antártica, região do Sucuri



O último dia da programação dos 12º Jogos dos Povos Indígenas, em Cuiabá, promete muita emoção ao público. Com as finais de quatro modalidades tradicionais indígenas, o sábado (16) será movimentado pelas disputas e a torcida dos guerreiros que lutam pela vitória. As competições começam pela manhã, por volta das 9h, e seguem até o final do dia, com encerramento previsto para 19h. O evento é realizado no Jardim Botânico, localizado na Avenida Antártica, após a Ambev, região do Sucuri.

A programação começa com a corrida de fundo, às 9h. Esta modalidade é realizada em uma eliminatória única, na qual os atletas devem percorrer uma distância de aproximadamente cinco mil metros. Haverá duas largadas: a primeira para a corrida feminina e, após 15 minutos, para a masculina. O percurso é definido pela organização e os competidores poderão fazer o reconhecimento dele antes da prova.

À tarde, por volta das 15h30, está previsto o início das competições de arco e flecha, arremesso de lança e cabo de força. O arco e flecha é uma prova individual, e cada competidor tem direito a três tiros. O alvo é o desenho de um peixe. A distância entre o alvo e a posição do arqueiro é de aproximadamente 30 metros. A contagem de pontos é a soma de acertos em cada área do alvo. Para a final, são classificados 12 atletas com as melhores pontuações.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208 / 2013

Brasília, 18 de novembro de 2013.

Outra modalidade é o arremesso de lança, que tem apenas um guerreiro por delegação. Cada atleta tem direito a três arremessos, e a contagem de pontos é feita pela maior distância conquistada. Já o cabo de força reúne equipes com dez atletas e dois reservas. Para a definição do vencedor, é usado o sistema de eliminatória simples em todas as fases.

Além das modalidades competitivas, o evento também oferece ao público demonstrações de esportes e ritos tradicionais indígenas. Outras atrações são a oca digital, a oca da sabedoria, feiras de agricultura e de artesanato indígenas.

Idealizados pelo Comitê Intertribal, os Jogos dos Povos Indígenas são realizados em parceria com o Ministério do Esporte e o Governo de Mato Grosso, por meio Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (Seel-MT), e conta com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Prefeitura de Cuiabá.

CNBB: Nota sobre conflito no sul da Bahia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.11.2013



Por CNBB Regional Nordeste 3, no CIMI

Nós, Bispos católicos do Regional Nordeste 3 da CNBB – Sergipe e Bahia -, reunidos em assembleia com agentes de pastoral e forças vivas do nosso Regional, manifestamos nossa grande preocupação pelo conflito que está ocorrendo no sul da Bahia e se agravou nesses últimos dois meses. É alarmante a violência em Buerarema, São José da Vitória, Una e Ilhéus, o que fez ser deslocada a Força Nacional para esta região. Constatamos que:

- a) O Estado brasileiro não vem cumprindo a Constituição Federal, que determina que a União deveria ter concluído a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir de 1988. Ao não cumprir suas atribuições legais, o Estado brasileiro vem contribuindo para o agravamento das tensões na região, devendo ser responsabilizado pelas violações aos direitos humanos em curso.
- b) O processo de identificação da Terra Indígena Tupinambá, no sul da Bahia (Olivença), teve início em 2004; em abril de 2009 a FUNAI aprovou o relatório circunstanciado que delimitou a Terra Indígena em porções que se localizam nesses municípios (DOU – 20/04/2009).
- c) O relatório circunstanciado foi encaminhado ao Ministério da Justiça para o ato seguinte do procedimento, mas até hoje, ultrapassado longamente o prazo de 30 dias, determinado pelo decreto 1775/96, aguarda-se a posição do Ministro da Justiça para expedição da portaria declaratória.

A omissão do Governo brasileiro é a causa do enorme prejuízo da população atingida, tanto os pequenos produtores rurais como os índios Tupinambás.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208 / 2013

Brasília, 18 de novembro de 2013.

É urgente a pacificação no sul da Bahia garantindo os direitos dos indígenas e dos pequenos produtores. Isso só acontecerá quando o Governo cumprir com seus deveres constitucionais.

Apelamos para a sensibilidade do Ministério da Justiça a fim de que reverta esse quadro dramático e tome as providências devidas para a regularização das terras no sul da Bahia, com a urgência que o caso requer.

Pedimos a Deus para que prevaleça o diálogo entre as partes em busca de uma solução pacífica do conflito.

Salvador, 14 de novembro de 2013

CNBB Nordeste 3 – Bahia e Sergipe

Dom Luís Gonzaga Silva Pepeu – presidente

Dom José Geraldo da Cruz – vice-presidente

Dom Gregório paixão – secretário

Revista acadêmica “Crítica do Direito” faz edição especial sobre comunidades quilombolas

SÍTIO DESACATO 16.11.2013



A “Revista Crítica do Direito” selecionou 16 textos para compor sua 54ª edição, dedicada especialmente ao tema das comunidades quilombolas. Ela está sendo lançada no mês de novembro, emblemático pelo seu dia 20, quando se celebra o Dia da Consciência Negra.

O editorial da publicação é escrito ao mesmo tempo em que ocorrem protestos em Curitiba contra uma liminar do Tribunal de Justiça do Paraná, que suspendeu o feriado do Dia da Consciência Negra no curso de uma ação movida pela Associação Comercial do Paraná em conjunto com o Sindicato (patronal) da Construção Civil.

Os editores da revista lembram que enquanto “no passado os quilombos eram símbolos da luta contra a escravidão, hoje eles são, como as aldeias indígenas, símbolo da resistência contra o capital, que na forma de agronegócio destrói a natureza e qualquer comunidade que possa minimamente conviver em harmonia com ela”.

E completam: “no capitalismo globalizado a mercadoria se generalizou a tal ponto que quase não restam mais comunidades nas quais os indivíduos estabeleçam entre si laços diretos e produzam para sua própria subsistência. A proteção do que resta destes espaços comunitários, mais do que a defesa de uma parcela específica da população, é a defesa das formas ainda existentes de relação comunitária, é a defesa do não privatizado, do não vendável, e aqui a causa do quilombola que deseja manter seu modo de vida e sua cultura se encontra com o de todos aqueles que sonham com um novo mundo. Mundo este onde o principal não seja o dinheiro, onde nossas vidas não girem em torno do mercado e seu imperativo do lucro, mas sim do mútuo reconhecimento da liberdade dos indivíduos na construção de suas relações”.



Quilombolas do Ceará celebram a Consciência Negra

SÍTIO DIÁRIO DO NORDESTE, 16.11.2013

Do dia 18 até o dia 23, os quilombolas de Alto Alegre irão mostrar mais sobre a cultura negra da região

Em Horizonte, cidade integrante da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), a Associação dos Remanescentes de Quilombos (Arqua) irá realizar a Semana da Consciência Negra, entre os dias 18 e 23 deste mês. Essa é a sétima edição da programação, que contará com apresentações culturais, exibição de filmes, desfile e palestras, no Centro Cultural Negro Cazuzu, no distrito de Queimadas.

Uma das manifestações culturais mais fortes entre a comunidade quilombola de Horizonte é o Makulelê. Desde 2011, a dança é ensinada a crianças e adultos, uma das formas encontradas para afirmação da identidade dos quilombolas Foto: Tuno Vieira

De acordo com o presidente da Arqua, Nêgo do Neco, a intenção é fortalecer a autoestima das mais de 500 famílias residentes na região, assim como divulgar a cultura africana, que influenciou a formação da comunidade quilombola.

Uma das manifestações culturais mais fortes entre a comunidade quilombola de Horizonte é o Makulelê. Desde 2011, a dança é ensinada a crianças e adultos pela instrutora Valdiglécia Silva Santos. Hoje, são cerca de 30 quilombolas que se dedicam a essa prática, uma das formas encontradas para afirmação da identidade dos quilombolas.

Segundo Valdiglécia Silva, o trabalho ajuda no combate ao preconceito: "Eu, quando criança, tinha vergonha de ser negra e da minha mãe, que tem a pele mais escura que a minha. Hoje, peço desculpas a ela por isso".

Valdiglécia ainda afirma que a dança é vista com maus olhos por pessoas da própria comunidade, por questões religiosas. "Ainda temos crianças que não podem vir para as aulas porque os pais não deixam, dizendo que isso é 'macumba', que não é 'coisa de Deus', mas eu sempre tento conscientizá-los de que religião é diferente de cultura. Eu mesma também sou evangélica e não vejo nada demais na dança. É uma forma de afirmarmos a nossa identidade", explica.

Os integrantes do grupo começam a apresentação deitados no chão, ao som do berimbau e depois que o som fica mais intenso e com cadência mais rápida, as crianças e adultos passam a dançar e a bater varas de madeira. Essa sequência, segundo Valdiglécia, tem toda uma simbologia. "Nós queremos mostrar que a cultura e a dança estavam mortas, esquecidas, porque os nossos antepassados dançavam, mas isso deixou de ser feito por um tempo. Mas agora, estamos voltando a viver", diz.

História

CONT.



De acordo com os moradores mais antigos de Alto Alegre, a comunidade surgiu com a fuga do escravo Negro Cazuza, de um navio ancorado na Barra do Ceará, no fim do século XIX. Alguns dias depois, o escravo chegou a Alto Alegre, onde firmou raízes. Seus descendentes foram povoando a área. A busca pelo reconhecimento como comunidade tradicional começou em 2003, por meio do Decreto Presidencial Nº 4.887, que determinou a identificação, demarcação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, prevista na Constituição. O reconhecimento formal só se deu em maio de 2005, quando foi considerada remanescente dos Quilombos pela Fundação Palmares.

Programação

Segunda (18/11)

19 h - abertura com o secretário municipal de Cultura, Marcos Peixoto e do presidente da Arqua, Francisco Manuel da Silva (Nego) e apresentação de Makulelê.

Terça (19/11)

19 h - Palestra sobre Consciência Negra e apresentação do teatro

Vida no Sertão

Quarta (20/11)

8 h - Cortejo saindo do Canal do Trabalhador com Afro-Alegre, Makulelê, Escola Olímpio Nogueira, CEI Maria José e comunidade, apresentação das crianças Vozes do Nego Nagô e roda de samba aberta com a comunidade.

14 h - Apresentação do CRAS Quilombola Projovem, música "A fé não costuma faiá"

Quinta (21/11)

19 h - Apresentação de cantores, instrumentistas e dançarinos da comunidade e exibição do filme "Os deuses devem estar loucos"

Sexta (22/11)

19 h - Teatro, break e fantoches

Sábado (23/11)

9 h - Oficina de capoeira com mestre Xingu e contra mestre Gildázio

14 h - Batizado do grupo de capoeira quilombolas de Alto Alegre

19 h - Desfile para a escolha da mais bela negra de Alto Alegre e adjacências



A farra das demarcações indígenas

SÍTIO REVISTA VEJA, 16.11.2013

Um importante artigo foi publicado hoje no GLOBO, de autoria de Antonio Alvarenga. Toca na questão das demarcações indígenas, verdadeira farra que beneficia um grupo seleta e organizado em detrimento dos brasileiros. Querem criar duas nações distintas no Brasil? Seguem os principais trechos:

Em 1988, antes de ser promulgada a atual Constituição, o Brasil possuía 58 territórios indígenas, com uma área total de 15,9 milhões de hectares. Hoje temos 55 territórios indígenas, totalizando uma área de 120,9 milhões de hectares. Ainda em 1988, possuíamos 248 Unidades de Conservação Ambiental. Hoje são 1.074, totalizando 119,5 milhões de hectares. As áreas indígenas e de conservação já somam 240,5 milhões de hectares, ou seja, aproximadamente 28,2% do território nacional.

Para se ter uma ideia da dimensão das terras indígenas e de conservação, toda nossa agricultura abrange pouco mais de 39% do território nacional. Sim, essa é a área ocupada pelo setor que está exportando 100 bilhões de dólares por ano, que alimenta 200 milhões de brasileiros e responde por cerca de 25% do PIB e 30% dos empregos.

[...]

Vamos dar um basta às persistentes invasões de terras produtivas, promovidas por grupos indígenas estimulados por pessoas e ONGs que representam o atraso e causam sérios problemas de instabilidade jurídica e social no campo.

Há muita demagogia e, em alguns casos, má-fé no trato das questões indígenas e ambientais no Brasil. São temas que sensibilizam uma significativa parcela da população urbana desinformada ou ingênua, que anda desencantada com as mazelas políticas e econômicas do país. Nesse contexto, estimulados por uma guerrilha de informações distorcidas, com forte viés ideológico, os índios e o meio ambiente são utilizados como instrumentos de protesto.

Temos 500 mil indígenas que dispõem de 14,2% do território nacional. Ao mesmo tempo, vemos milhares de brasileiros sem teto, vivendo em condições de extrema pobreza nas periferias das grandes cidades. Isso é justo?

Os 200 milhões de cidadãos brasileiros necessitam de uma nação em desenvolvimento acelerado, que lhes proporcione melhores perspectivas de vida. Queremos ser um país ocupado por territórios improdutivos de índios e áreas de conservação? Ou pretendemos ser uma nação desenvolvida, que proporciona aos seus milhões de cidadãos um futuro promissor e qualidade de vida compatível com os países mais desenvolvidos do planeta?

A Funai volta e meia se mete em escândalos de corrupção. Os índios, ao contrário dos mitos,
CONT.



não preservam o meio ambiente. Eram os primeiros a realizar queimadas. Há algumas tribos que ainda praticam infanticídio quando o bebê apresenta problemas. Outras são totalmente aculturadas, usam as mesmas roupas que nós, possuem televisão e assistem aos mesmos programas.

Até quando a elite culpada da esquerda caviar vai tentar expiar seus “pecados” segregando o Brasil em dois? Assim como cotas raciais, os privilégios indígenas beneficiam a elite do grupo à custa dos brasileiros pobres. O mito do homem branco malvado encontra eco em oportunistas de plantão, mas que culpa tem um branco humilde da favela ou da classe média, ou mesmo da classe alta, pelo que aconteceu há séculos? Como que essas terras vão melhorar ou resolver isso?

Eu prefiro viver em um país com brasileiros, sob o mesmo império das leis, sejam brancos, negros ou índios, sejam ricos ou pobres, sejam altos ou baixos, sejam gordos ou magros, sejam homens ou mulheres, sejam gays ou heterossexuais, sejam ateus ou crentes. Chama-se isonomia das leis, a única igualdade que presta. A que os liberais defendem, ao contrário dos esquerdistas que enxergam apenas grupos coletivos, e ignoram sempre a menor minoria de todas: o indivíduo!



Indígenas realizam oficina de projeto pedagógico em escolas de nível médio Baniwa
SÍTIO D24 AM, 16.11.2013

Aproximadamente 50 indígenas (dez de cada escola) são esperados no evento, que é promovido pela Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi)

Manaus - No período de 18 a 23 deste mês, o município de São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros a noroeste de Manaus) será sede da Oficina de Elaboração do Projeto Político-Pedagógico para as Escolas Estaduais de Ensino Médio Baniwa. Aproximadamente 50 indígenas (dez de cada escola) são esperados no evento, que é promovido pela Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi).

O projeto é resultado de um longo debate e estudos feitos pela Escola Pamáale sobre os idosos do Içana e afluentes, que culminaram com a realização do 5º Encontro de Educação Baniwa e Coripaco, no início de junho, na comunidade Tunui Cachoeira.

Na ocasião, os indígenas propuseram ao governo do Estado a criação de quatro escolas estaduais de Ensino Médio baniwa. A Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) tem acompanhado e participado do processo de discussão.

De acordo com o presidente da Oibi, André Baniwa, a proposta de criação das escolas abrange não somente a questão da educação, mas também a gestão ambiental, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, empreendedorismo e outros conhecimentos fundamentais, que serão eleitos na oficina para que se tornem missão institucional nas escolas de Ensino Médio em questão.

“A região do Rio Negro é pioneira em discutir a educação escolar indígena brasileira de Ensino Médio, Fundamental e Superior”, destacou André Baniwa.



Questão Indígena: Demora na edição de nova portaria da AGU causa insegurança jurídica ao produtor

SÍTIO NORTÃO NOTÍCIAS, 16.11.2013

A demora na reedição da portaria 303 por parte da Advocacia Geral da União (AGU) causa insegurança jurídica no campo. A avaliação é do presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS).

Caso a decisão seja feita, a AGU poderá converter as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em ato normativo para todas as outras demarcações.

No entanto, esta definição irá demorar, pois o Supremo aguarda o substituto do ministro Carlos Ayres Britto, que se aposentou neste ano ao completar 70 anos.

Para Heinze, enquanto a decisão se arrastar, o homem do campo continuará sendo discriminado. Segundo ele, o que a Frente quer é que o Supremo publique o acórdão do caso da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

“O ministro chefe da AGU, Luiz Inácio Adams, já declarou isso, que aguarda a publicação deste acórdão e não pode ser diferente. Confiamos também no ministro da Justiça José Eduardo Cardozo para que seja reestabelecida esta portaria e dada continuidade ao processo”, afirmou.

Publicada em julho de 2012, a portaria 303 da Advocacia Geral da União estabelece que advogados e promotores públicos devem observar as mesmas condições impostas para a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol em qualquer processo demarcatório, inclusive para os já em andamento.



Índios prometem reagir a leilão de produtor para contratar "melícia armada"
SÍTIO CAMPOGRANDENSE NEWS, 17.11.2013

Etnias indígenas Kinikinau, Atikum e Guaraní Kaiowá, além de outras lideranças se reuniram por três dias na Aldeia Brejão, município de Nioaque, para definir algumas diretrizes do interesse político, territorial e educacional do povo. Através de nota, ele afirmaram estarem sendo ameaçados e repudiaram o que chamam de "leilões da resistência" a serem feitos pelos produtores rurais para contratar seguranças armados para evitar invasão de propriedades.

De acordo com os índios, o Governo Federal instalou no Estado em Mato Grosso do Sul uma mesa de diálogo na tentativa de resolver a demarcação dos territórios, mas não transpareceram segurança aos povos indígenas. "Os prazos estipulados pelo próprio ministro não tem nada de concreto a ser apresentado aos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul. Os mesmos ruralistas que sentam à mesa conosco estão articulando no Congresso Nacional e Governo Federal manobras para arrancar nossos direitos conquistados. Não iremos mais sentar à mesa enquanto não houver proposta concreta. Não negociaremos nossos direitos", publicou os índios.

Outra exigência dos índios é a revogação da Portaria n. 303 da AGU, enquanto ela não acontecer eles não irão discutir com o Governo Federal a Convenção 169 da OIT. "Exigimos a revogação da Portaria n. 303 da AGU. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que as condicionantes impostas no julgamento de Raposa Serra do Sol não são vinculantes, portanto, não devem ser aplicadas em Mato Grosso do Sul. Não discutiremos com o governo federal a regulamentação da Convenção 169 da OIT enquanto a Portaria 303 da AGU não for revogada. Repudiamos a atitude da bancada federal de Mato Grosso do Sul diante da indicação política para ocupar cargo do DSEI/MS, sem consultar as lideranças indígenas", avisou os indígenas.

Sobre o território, os índios avisam que não abrem mão da demarcação da terra onde estava localizada a Fazenda Buriti e uma resolução imediata do conflito fundiário. "Exigimos a portaria declaratória da Terra Indígena Taunay/Ipegue; repudiamos a manobra do estado de Mato Grosso do Sul que tem sistematicamente ingressado nas ações possessórias de demarcação, travando os processos no STF; exigimos a conclusão da demarcação da Terra Indígena Cachoeirinha e Limão Verde; exigimos conclusão dos estudos complementares da Terra Indígena Lalima e Pilad Rebuá; exigimos que a FUNAI inclua a Terra Indígena Nioaque no cronograma de prioridades e inicie o estudo de identificação e delimitação", listou os índios.

Na educação, os índios exigem um ensino próprio, específico, diferenciado e multilíngue. Eles prometem tomar a frente das escolas indígenas, cobram eleições diretas e que todas decisões na educação indígena sejam respeitadas pelos órgãos públicos. "Nossas escolas não podem ser cabides de emprego. Escolas, professores e alunos estarão juntos com nossas lideranças nas retomadas, pois acreditamos que sem nossos territórios não há que se falar em educação escolar indígena. Nós iremos tomar frente das normas em nossas escolas. Não aceitaremos mais as imposições das secretarias municipais", ressaltou a publicação.

CONT.



Confira na íntegra outros encaminhamentos decididos na reunião:

1. Exigimos que a FUNAI publique portaria constituindo grupo de trabalho para fins a identificação e delimitação da Terra Indígena Nioaque, Município de Nioaque, Mato Grosso do Sul;
2. Exigimos que a FUNAI publique portaria constituindo grupo de trabalho para fins a identificação e delimitação do território do Povo Kinikinau, Mato Grosso do Sul;
3. Exigimos que a Presidência da FUNAI publique portaria regulamentando emissão documentos administrativo para indígenas;
4. Exigimos que o Ministério Público Federal e o Ministério dos Direitos Humanos incluam nossas lideranças que estão na luta pela terra no programa de segurança de direitos humanos;
5. Exigimos que a SESAI preste atendimento de qualidade às comunidades que estão acampadas em área de litígio, em especial saneamento básico;
6. Foram escolhidos os membros para APIB;
7. Foram escolhidos os membros da Comissão da Juventude Terena;
8. Foram escolhidos os membros da Comissão das Mulheres Terena;
9. Foram escolhidos os membros da Comissão da Saúde indígena;
10. O conselho Terena se propõe a dialogar com a FUNAI, no sentido de apoiar o povo Kinikinau a lutarem por seu território;
11. O Conselho Terena indica Fernando de Souza para ocupar o Cargo de Coordenador do DSEI – MS.
12. O Conselho do Povo Terena em conjunto com o Conselho Aty Guasu indicou nome de liderança indígena para serem lançados ao pleito de deputado estadual e federal em 2014;
13. Fica encaminhando que o III Encontro da Juventude Terena (Hánaiti Ho'únevo Inámaiti Xanéhiko Têrenoe) será realizado na Comunidade Esperança em setembro de 2014;
14. Fica encaminhado que o I Encontro das Mulheres Terena (Hánaiti Ho'únevo Senóhiko Têrenoe) será realizado na Comunidade Esperança nos dias 28 e 29 de novembro de 2013.
15. Fica encaminhado que a 5ª Assembleia do Povo Terena (Hánaiti Ho'únevo Têrenoe) será realizada na Aldeia Babaçu, Terra Indígena Cachoeirinha, em maio de 2014.



MPF-MT abre inquérito para acompanhar pleitos de indígenas

SÍTIO REPORTER NEWS, 17.11.2013

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso instaurou inquérito civil público para realizar o acompanhamento dos pleitos das diversas comunidades indígenas relacionados à portaria 303, principalmente no que tange à suposta violação do direito à consulta em relação às medidas legislativas e administrativas que afetem os índios. A Advocacia-Geral da União (AGU) editou a portaria 303 em 2012 estabelecendo que advogados e promotores de Justiça devem observar o cumprimento das mesmas condições impostas à terra indígena Raposa Serra do Sol em qualquer processo demarcatório.

No entendimento da AGU, as 19 condicionantes impostas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para manter a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol em área contínua seriam extensivas aos demais processos de demarcação de terras indígenas, inclusive aos já finalizados.

Essas condicionantes proíbem a ampliação das reservas já homologadas e estabelecem que o "relevante interesse público da União" no uso de riquezas minerais se sobrepõe ao direito das comunidades indígenas ao usufruto da terra. Uma das condicionantes fixa que o usufruto indígena da terra não abrange o aproveitamento de recursos hídricos e potenciais energéticos, nem a pesquisa, lavra e garimpagem de riquezas minerais.

A procuradora da República Marcia Zollinger instaurou o inquérito no início deste mês. Conforme a portaria referente à abertura do procedimento, a portaria 303 representa um "retrocesso na política indigenista nacional" e viola "normas constitucionais de proteção aos direitos dos povos indígenas" e "normas do direito internacional, especialmente o direito à consulta prévia, livre e informada em relação às medidas legislativas e administrativas que afetem os índios".

Ainda de acordo com a procuradora, "as condicionantes não podem ser estendidas indiscriminadamente à demarcação de todas as terras indígenas ainda não realizadas ou em vistas de demarcação, uma vez que não têm efeito vinculante".

A procuradora citou ainda a "revolta de diversas comunidades indígenas", que gerou, por exemplo, bloqueios em rodovias. "A portaria mantém também a permanente situação de conflituosidade", concluiu Zollinger. A portaria 303 foi suspensa em 2012 após protestos de índios e de organizações indigenistas. No último dia 23, o Supremo decidiu manter a validade das 19 condicionantes estabelecidas em 2009 no processo sobre a demarcação da Raposa Serra do Sol; na mesma decisão, a Corte entendeu que elas não podem ser automaticamente aplicadas a outros casos.

Por: Catarine Piccioni

Fonte: Olhar Jurídico

Assassinatos de indígenas no Brasil crescem 269% nos governos Dilma e Lula
SÍTIO BANANEIRAS AGORA, 17.11.2013

Integrantes da cúpula petista já contabilizam a crise indígena na conta das falhas de articulação política do governo Dilma, assim como ocorreu com a MP dos Portos



Os assassinatos de indígenas no Brasil aumentaram 269% nos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff em comparação com os oito anos do tucano Fernando Henrique Cardoso, segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

De acordo com o CIMI, foram registrados 167 assassinatos de indígenas no governo FHC, média de 20,8 mortes por ano. Já no governo Lula o número subiu para 452 assassinatos,

56,5 em média por ano, ou crescimento de 271%. Em 2011, o primeiro ano do governo Dilma, foram contabilizados 51 assassinatos de indígenas pelo CIMI e em 2012 outras 57 mortes, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), média de 54 mortes por ano, próxima à do governo Lula e 260% maior do que a do governo tucano.

Somados os dois períodos petistas foram cometidos em média 56 assassinatos de indígenas por ano, número 269% a maior do que o dos mandatos de FHC.

Segundo Cleber Buzatto, secretário executivo do CIMI, um dos motivos para o aumento da violência contra indígenas nos governos de um partido que carrega a bandeira dos direitos humanos é justamente a expectativa criada em relação à chegada de Lula ao poder.

"Havia uma expectativa muito grande de que com a eleição de Lula seriam destravados os processos de demarcação que historicamente eram muito lentos", disse Buzatto. "Mas na realidade o que aconteceu foi uma retração ainda maior. Isso levou à radicalizações de conflitos e a uma série de manifestações que acabaram em violência. Eles se sentiram traídos", completou.

Além disso, segundo o CIMI, a lentidão nas demarcações de algumas reservas, principalmente em Mato Grosso do Sul, se transformaram em bolsões de miséria nos quais os indígenas ficaram vulneráveis a situações de degradação social semelhantes às das periferias das

CONT.



grandes cidades como criminalidade, tráfico e consumo de drogas. Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), foram homologadas 148 áreas indígenas nos dois mandatos de Fernando Henrique e 84 nos governos Lula e nos dois primeiros anos do governo Dilma. Dados do governo informam que foram 91 áreas em favor dos índios nos últimos dez anos.

Na reserva de Dourados (MS), por exemplo, 13 mil guarani-kaiojá vivem em apenas 3,5 mil hectares, uma densidade demográfica comparável a das piores favelas do País. "Houve conflitos com autoridades, com invasores, com latifundiários e, por fim, entre os próprios indígenas", disse Buzatto.

Falha política

Integrantes da cúpula petista já contabilizam a crise indígena na conta das falhas de articulação política do governo Dilma. Em conversas reservadas, petistas criticam a ação da presidente apontando falhas semelhantes ocorridas na votação da MP dos Portos como, por exemplo, a duplicidade de canais de decisão.

Para os petistas, as declarações da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, determinando a suspensão das demarcações primeiro no Paraná – onde ela deve disputar o governo do Estado – e depois em todo o País foram o estopim da crise, com impacto maior do que a morte do índio Oziel Gabriel, pela Polícia Federal, na desocupação de uma fazenda no Mato Grosso do Sul. As decisões de Gleisi foram endossadas pela presidente.

Correligionários de Dilma estão preocupados com o possível impacto eleitoral do episódio. Eles lembram das críticas do PT à violência da Polícia Militar de São Paulo na desocupação do bairro Pinheirinho, em 2012, e dizem que agora o partido não poderá mais empunhar esta bandeira. Além disso, a crise já chamuscou os ministros Gilberto Carvalho (Secretaria Geral) e José Eduardo Cardozo (Justiça), ambos petistas.

No Congresso, há o temor de que a rebelião se espalhe pelas demais potenciais áreas de conflito País a fora, sem contar o desgaste da imagem do governo do exterior, onde Dilma já é vista com desconfiança por suas ações na área ambiental.

Grupo de indígenas protestou em frente ao Planalto na quinta-feira (6/6)

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) teme que o caso dos terena se espalhe por outros Estados e defende que o governo compre 57 mil hectares para assentar os índios de Mato Grosso do Sul sem mexer nas terras dos fazendeiros.

"É uma questão delicada. O governo não pode subestimar por causa do clamor nacional e internacional", disse Delcídio.

O secretário nacional de Movimentos Sociais do PT, Renato Simões, defende que as negociações se concentrem nas mãos da Secretaria Geral e do Ministério da Justiça. "Esta situação coloca para o governo a necessidade de executar mais ações. A novidade positiva é a

CONT.



autocrítica feita pelo ministro Gilberto Carvalho. Do jeito que as coisas andam, vão acabar levando a um aumento do papel do Ministério da Justiça e da Secretaria Geral e à diminuição da atuação da Casa Civil", afirmou Simões.

Apesar das críticas, Dilma não mudou o modelo de negociação com os indígenas, mantendo a participação da Casa Civil, Embrapa, ministérios do Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Cidades e Combate à Fome, além da secretaria Geral da Presidência e do Ministério da Justiça, tradicionais interlocutores da área.

Em nota, a Casa Civil diz que o objetivo é aprimorar o processo, cujo modelo ficará pronto ainda no primeiro semestre, e alega que os motivos do atraso em algumas demarcações são disputas judiciais, que não dependem do Poder Executivo: "A maior parte dos territórios que hoje está em discussão é de áreas de litígio judicial. São terras reclamadas pelos índios, mas que, em sua maioria, estão ocupadas por agricultores ou estão, inclusive, em perímetros urbanos".

A nota informa ainda que as terras indígenas ocupam, hoje, cerca de 120 milhões de hectares - o que representa 13% do território nacional -, a área de plantio (lavouras) 7% e as áreas urbanas e de infraestrutura 2% do território. "Isso comprova o compromisso do Estado brasileiro com os povos indígenas. Apenas nos últimos dez anos, o governo demarcou 91 áreas em favor dos índios".

*Colaborou Vasconcelo Quadros

Conjuntura: ataques aos direitos indígenas seguem, mas não sem resistência
SÍTIO CIMI, 17.11.2013

Cleber César Buzatto
Secretário Executivo do Cimi



Setores político-econômicos anti-indígenas continuam buscando, a todo o momento e a todo o custo, desconstruir os direitos historicamente conquistados pelos povos originários. Os indígenas, por sua vez, intensificaram a reação frente ao ataque sofrido e vêm construindo um processo de luta em defesa e pela efetivação de seus direitos e projetos de vida de maneira ativa, permanente e radical.

Em todas as regiões do Brasil e no chamado "centro do poder", em Brasília, muitas têm sido as manifestações protagonizadas pelos povos.

Por meio de retomadas, auto-demarcações, bloqueios de rodovias e ferrovias, ocupações de espaços públicos, inclusive do Plenário da Câmara Federal e do Palácio do Planalto, presença assídua em gabinetes de parlamentares, órgãos públicos, visitas aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dentre outras iniciativas, os indígenas chamam a atenção e denunciam, às autoridades e à sociedade em geral, o ataque que estão sofrendo por forças econômicas, especialmente vinculadas ao velho latifúndio brasileiro.

Todo este movimento elevou a questão indígena ao patamar de uma das pautas políticas centrais em debate no Brasil. O tema é tratado cotidianamente, de maneira intensa, apaixonada podemos dizer, em diferentes instâncias dos três poderes do Estado brasileiro.

A temática indígena ganhou repercussão e visibilidade nacional e internacional. Jornais, televisões, rádios, sítios eletrônicos, blogs e redes sociais têm dado cobertura aos conflitos e às situações diversas envolvendo os povos indígenas em âmbito nacional e regional.

Caso baseássemos nossas análises em "aparências", poderíamos dizer que a situação política relativa aos direitos indígenas já passou por momento mais desfavorável daquele que se vive atualmente. No entanto, conhecendo o inimigo comum e o potencial político e financeiro que o mesmo detém, entendemos que os povos indígenas não podem cair no equívoco de imaginar que a disputa está ganha ou mesmo facilitada.

Ao contrário, tudo indica que os enfrentamentos apenas começaram. Nessas primeiras

CONT.



batalhas, ao longo destes dois últimos anos, temos o sentimento de que os povos ganharam terreno. Embora possam continuar insistindo com a tramitação da PEC 215/00 no congresso Nacional, os próprios ruralistas estão cientes de que dificilmente encontrarão terreno para sua aprovação e aplicabilidade. As chances do texto ser considerado 'inconstitucional' pelo STF são bem significativas.

Na nossa avaliação, no entanto, os povos não afastaram os riscos de reveses e retrocessos contra seus direitos. Neste contexto, ganha espaço e aumentam as possibilidades do ataque aos direitos indígenas, no próximo período, ser efetivado, de forma especial, por meio da regulamentação do parágrafo 6º do Artigo 231 da Constituição. Ao menos quatro Projetos de Lei Complementar (PLP) tramitam nessa direção, sendo o PLP 227/12 um deles.

Com alto potencial de imposição de limites ao direito de posse e usufruto exclusivo das terras por parte dos povos indígenas, esta iniciativa parlamentar articula interesses econômicos que vão muito além daqueles almejados estritamente pela bancada ruralista, envolvendo setores ligados à indústria da mineração, às empreiteiras, às empresas de energia, às Forças Armadas e o próprio governo, interessado em acelerar o seu modelo de "crescimento" econômico, consignado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A regulamentação da mineração em terras indígenas, por meio do PL 1610/96, ganha musculatura nessa mesma toada.

O resultado do julgamento dos Embargos de Declaração da Petição 3388, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou válidas as 19 condicionantes para o caso julgado, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, mas que descartou a existência de "efeito vinculante" das mesmas em relação às demais terras indígenas do país, oferece forte argumento político e jurídico para o movimento indígena exigir, do Poder Executivo, a revogação da Portaria 303/12, da Advocacia Geral da União (AGU).

Concomitante, as declarações e iniciativas açodadas do ministro Luiz Inácio Adams (da AGU), durante e logo após o referido julgamento, na perspectiva de validar a portaria, impõe ao movimento indígena a urgente tarefa de promover mobilizações e lutas contra a medida. Do contrário, corre-se grande e iminente risco do Poder Executivo estabelecer, de fato, o efeito vinculante negado, de direito, pelo Poder Judiciário em relação às ditas condicionantes.

Este embate, ao mesmo tempo, deve dar-se na perspectiva de afastar os riscos em torno da repetidamente anunciada mudança no rito de demarcação de terras indígenas, bem como, a fim de que o Poder Executivo retome as demarcações paralisadas em âmbito nacional.

O governo federal, por meio do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, tem apostado todas as fichas nas denominadas "mesas de negociações", onde busca aplacar os conflitos e ganhar tempo sem tomar as decisões que lhe são cobradas pelos povos indígenas. Como é evidente, esta é mais uma decisão politicamente equivocada do governo brasileiro, que não resolve os problemas e, ao empurrá-los "com a barriga", fortalece as possibilidades de ocorrência e agravamento dos ataques e das violências contra os povos.

Na esteira disso tudo, o governo, especialmente por meio de agentes da Secretaria Especial da Presidência da República, continua atuando na perspectiva de dividir povos e lideranças

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208 / 2013

Brasília, 18 de novembro de 2013.

indígenas a fim de facilitar a implementação das obras de infraestrutura e geração de energia de interesse do capital sobre terras indígenas. O caso das hidrelétricas de Belo Monte e do Complexo do Tapajós seguem sendo emblemáticos neste sentido.

O abandono na área da atenção à saúde indígena segue vitimando inúmeros indígenas país afora, especialmente crianças menores de cinco anos, cujo número de óbitos mostra-se assustador e revoltante.

O contexto político no Brasil continua extremamente adverso aos povos indígenas. As mobilizações dos povos seguem como um imperativo na defesa de suas vidas e pela efetivação de seus direitos constitucionalmente previstos.



Procuradores agem em defesa de quilombos

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 17.11.2013

O Ministério Público Federal (MPF) vai desencadear nos próximos dias uma ampla operação, em todo o país, destinada a cobrar do governo federal respostas mais rápidas para as demandas das comunidades remanescentes do período da escravidão, os quilombolas.

O foco principal das ações dos procuradores deverá ser a questão da regularização e titulação das terras reivindicadas por essas comunidades no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). De acordo com as análises do MPF, a lentidão dos processos fundiários na questão quilombola é devida, acima de tudo, à ineficiência daquela autarquia.

Em 1988, a Constituição definiu como obrigação do Estado brasileiro emitir títulos de propriedade aos quilombolas que estivessem ocupando suas terras. De lá para cá, um conjunto de 2.048 comunidades, concentradas sobretudo na Bahia e no Maranhão, já foram oficialmente reconhecidas pelo Estado.

A maior parte delas já pediu o reconhecimento de posse e a titulação de suas terras. Nos últimos 25 anos, porém, só foram emitidos 139 títulos de posse.

A titulação beneficiou um total de 207 comunidades e abrangeu uma área de 995 mil hectares, nos quais vivem cerca de 13 mil famílias. Isso representa apenas 8,5% do total de comunidades já reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, a instituição encarregada dessa tarefa.

A lentidão chama a atenção da 6.^a Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, órgão setorial responsável pelas questões relacionadas a populações indígenas e comunidades tradicionais. Pelas contas de Deborah Duprat, subprocuradora-geral da República e coordenadora daquela câmara, se o ritmo atual for mantido, os quilombolas terão de esperar mais 175 anos para que todas as terras das comunidades já reconhecidas sejam regularizadas e tituladas.

Indígenas recebem investimento de R\$ 8 milhões para reforçar produção rural no Acre

SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 17.11.2013

Habitantes de 34 terras indígenas aprendem a elaborar planos e aumentar produção

RIO BRANCO - Um grupo de 16 mil indígenas de 34 terras recebeu R\$ 8,17 milhões da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof) do Acre em forma de assistência técnica e extensão agroflorestal. O dinheiro é usado para melhoria a condição de vida das famílias indígenas a partir de trabalho na produção rural, com o Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTI).



O indígenas participam de oficinas onde definem as necessidades da comunidade, como construção de casa de farinha ou compra de equipamentos agrícolas, para forma um PGTI. No momento, há 18 planos em processo de implantação e outro 16 em fase de validação.

As ações de assistência técnica e extensão rural, segundo a chefe da divisão de extensão indígena da Seaprof, Dinah Borges, consideram a necessidade de respeitar a diversidade sociocultural dos povos indígenas e as aptidões produtivas próprias a cada terra indígena. Como exemplo, Dinah citou o resgate e a reintrodução de sementes tradicionais em roçados nas aldeias indígenas; implantação e diversificação de roçados, quintais e sistemas agroflorestais; incentivo à criação de pequenos animais, tanto no manejo de lagos como em criatórios e na avicultura; além de manejo de fauna silvestre e recursos florestais não madeireiros.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208 / 2013

Brasília, 18 de novembro de 2013.

O incentivo à produção rural gera excedente que é vendido diretamente para o Programa de aquisição de Alimentos (PAA). Na cidade de Marechal Thaumaturgo, por exemplo, a grande produção gerou a necessidade de instalar uma agroindústria de polpas de frutas, que está em processo de implantação.

Comunidade quilombola disputa região com Marinha na Bahia
SÍTIO ÚLTIMO SEGUNDO, 17.11.2013

Famílias que estão no local há mais de 200 anos são pressionados pela Marinha, que disputa região na Justiça



Local é sempre escolhido por presidente Dilma Rousseff para passar as viradas de ano e carnaval

Os quase 500 moradores da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos, em Simões Filho, na região metropolitana de Salvador, vivem um impasse. De um lado, querem ficar na área onde, segundo relatos das famílias, estão há mais de 200 anos.

De outro, sentem dificuldades para permanecer, por causa das pressões da Marinha, que disputa com eles na Justiça a posse da área de 301 hectares.

Os moradores afirmam ser descendentes dos escravos de uma antiga usina de açúcar que existia na região. Na década de 1950 a Marinha instalou uma base numa área vizinha à comunidade, num lugar tão bonito e tranquilo que se tornou o preferido dos presidentes da República para descansar. Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva passaram por lá. Dilma Rousseff celebra ali as viradas de ano.

O conflito entre militares e quilombolas se acentuou quando a Marinha decidiu ampliar a base, com a retirada do local dos antigos descendentes de escravos. Eles reagiram e o caso está na Justiça Federal.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208 / 2013

Brasília, 18 de novembro de 2013.

A Marinha nega ameaças ou agressões aos moradores do local, mas diz considerar ilegal a ocupação da área. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.



Regularização de terras quilombolas será tema de audiência

SÍTIO CONSULTOR JURÍDICO, 17.11.2013

No Dia da Consciência Negra, uma audiência pública na sede da Procuradoria-Geral da República vai debater a demora na regularização das terras quilombolas no país. O evento será às 14h de quarta-feira (20/11), no Auditório Juscelino Kubitschek, em Brasília, e coordenado pela coordenadora da 6ª Câmara, Deborah Duprat.

Para a procuradoria, pouco se avançou no andamento da titulação dessas áreas, embora esse direito esteja garantido na Constituição de 1988. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), estima-se que existam mais de 3 mil comunidades quilombolas, mas apenas 139 títulos de propriedade coletiva haviam sido emitidos até maio deste ano.

A demora na regularização provoca uma série de problemas para essa parte da população, como dificuldade de subsistência, falta de acesso a serviços públicos, insegurança jurídica e casos de violência e preconceito, no entendimento do Ministério Público Federal.

O objetivo da audiência é reunir representantes de comunidades e do governo federal, que terão tempos de fala assegurados. Foram convidados parlamentares, associações e integrantes do Ministério da Justiça, do da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e da Advocacia-Geral da União, entre outros órgãos.

São Francisco do Conde: Igreja em área quilombola será recuperada

SÍTIO POLÍTICA LIVRE, 17.11.2013



Prefeita Rilza Valentim escolheu a data justamente para marcar a importância do monumento

Construída por negros no século XVII, a Igreja de Nossa Senhora do Monte Recôncavo, em São Francisco do Conde, terá sua Ordem de Serviço para restauração assinada no dia 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra, às 14 horas.

A prefeita Rilza Valentim escolheu a data justamente para marcar a importância do monumento, construído em uma área remanescente de quilombo, com grande importância para o turismo étnico e religioso do Recôncavo. Segundo a prefeita Rilza Valentim, a Igreja do Monte, antes de ser fechado em 2008 por ameaça de desabamento, era um templo onde os saberes culturais do povo negro eram preservados.

“Todo acervo e as reuniões da irmandade tiveram que ser transferidos para residências de famílias locais. Com a restauração estaremos resgatando também as tradições, além do patrimônio que tem relevante interesse arquitetônico para a sociedade”.

A restauração do patrimônio religioso da freguesia fundada pelo bispo D. Constantino Barradas será feita com recursos próprios do município. “É o dinheiro do povo sendo investido para o povo. Entendemos que preservar nosso patrimônio é preservar nossa história e identidade para as gerações futuras”.



Regularização fundiária quilombola é tema de audiência pública SÍTIO ALCINÉIA CAVALCANTE, 17.11.2013

Por meio da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (6ª CCR) e da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), o Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) realiza audiência pública com o tema "Regularização Fundiária Quilombola". O objetivo é promover debate sobre o processo de regularização de terras quilombolas no estado. Participam da discussão comunidades remanescentes de quilombos, representantes do Ministério Público do Estado do Amapá, do executivo, legislativo e judiciário e sociedade civil. O evento será dia 26 de novembro, das 8h30 às 13h, no auditório da Advocacia Geral da União (AGU) localizado na Avenida Fab, esquina com Rua Leopoldo Machado, no Centro.

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, o Amapá possui mais de 30 comunidades certificadas como remanescentes de quilombos. Sabe-se, porém, que existem várias outras ainda não certificadas. Os descendentes de escravos africanos residem em dez dos 16 municípios do estado. Para acompanhar ações de regularização desses territórios e a efetivação dos direitos sociais dos quilombolas, tramitam no âmbito do MPF/AP inúmeros inquéritos civis. É atribuição da 6ª CCR a defesa dos interesses de comunidades tradicionais.

Com a audiência pública, a instituição espera reunir informações para dar continuidade aos procedimentos abertos sobre o tema. O credenciamento de pessoas, órgãos e entidades interessados em participar pode ser feito pelo site www.prap.mpf.mp.br ou pessoalmente no dia do evento, às 8h30.

Programação – A audiência inicia às 9h, com apresentação cultural dos remanescentes de quilombos. Em seguida, procuradores da República representantes da 6ª CCR e da PRDC abrem oficialmente o evento. Logo após, falam representantes de comunidades e autoridades credenciados. O encerramento está previsto para 13h.

Quilombolas – A Fundação Cultural Palmares identifica como quilombolas descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos. Em todo o Brasil, são mais de 1.500 comunidades certificadas pela Fundação. (Assessoria de Comunicação Social/Procuradoria da República no Amapá)



NEGOS do VEIGA > Comunidade quilombola inicia festejos da Consciência Negra
SÍTIO DIÁRIO DO NORDESTE, 17.11.2013



Quixadá - A comunidade do Sítio Veiga, a única afrodescendente do Sertão Central, inicia nesta segunda-feira, 18, as comemorações da Semana da Consciência Negra. Nos festejos, realizados na Serra do Estevão, a pouco mais de 20Km do Centro de Quixadá, um dos destaques será a dança de São Gonçalo. Este ano, além das festividades, palestras, encontros e desfile étnico, os "Negos do Veiga" apresentarão uma novidade. Mas o segredo será revelado somente no próximo fim de semana, explicaram os líderes

comunitários. Os eventos e festividades são abertos ao público.

A comunidade do Veiga aproveita a oportunidade para solicitar da administração municipal a recuperação da estrada de acesso àquela localidade. A acesso está ruim e com a proximidade da quadra invernosa o perigo no tráfego pode aumentar, principalmente nos transporte das crianças para a escola. São menos de 5Km até o povoado. Mais de 40 famílias serão beneficiadas, ressaltam os moradores.



Boletim de Notícias - Edição nº 208 / 2013

Brasília, 18 de novembro de 2013.

MIS Campinas exhibe documentários sobre comunidades quilombolas
SÍTIO INTERJORNAL, 17.11.2013

Exibição dos filmes começa nesta terça-feira (19) e segue até sábado (23). Programação integra o V Ciclo de Cinema Documental.

Do G1 Campinas e Região

O Museu da Imagem e do Som (MIS) exhibe a partir desta terça-feira (19) uma série de produções documentais que se desenvolveram em comunidades quilombolas. A programação integra o V Ciclo de Cinema Documental. As obras serão apresentadas até sábado (23), a partir das 19h. No domingo (24), serão exibidos cinco produções documentais na Casa de Cultura Tainã, às 17h.

O MIS Campinas fica na Rua Regente Feijó, 859, no Centro. A Casa de Cultura Tainã fica na Rua Inhambú, 645, Praça dos Trabalhadores, Vila Padre Manoel da Nóbrega.

Rede Mocambos

A Rede Mocambos é uma rede de comunicação comunitária constituída de comunidades rurais, como comunidades quilombolas, indígenas, caçara e também em comunidades urbanas. Fundada em 2007 como um projeto desenvolvido em parceria com o Ministério das Comunicações, a Rede funciona por meio de articulações locais que organizam seus telecentros e estruturam um processo de comunicações para romper com o histórico de isolamento a que foram confinadas.

Programação:

MIS Campinas

Dia 19/11, terça-feira, às 19

"Brincando com os Deuses" - direção Guta Galli

Curta-metragem - dur. 8' 30" - Guarulhos, SP, 2010

Representações de crianças em torno das divindades do Candomblé, apresentando os conceitos e elementos que caracterizam cada divindade.

"A Cidade das Mulheres" - direção Lázaro Farias

Longa-metragem - dur. 72' - Salvador, BA, 2005

Panorama da identidade visual e cultural de mulheres baianas que, através de gerações, criaram mitos, divindades que atuam no cotidiano da cidade. Roteiro inspirado no livro "A

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208 / 2013

Brasília, 18 de novembro de 2013.

Cidade das Mulheres" da antropóloga americana Ruth Landes, escrito nos anos 30 do século XX.

Dia 20/11, quarta-feira, às 19h

"Bumbo Dá Samba" - direção Mariana Valença, I. Vitoriano, P. Fabi e R. Pagiuso

Média-metragem - dur. 21' 20" - Curso Jornalismo PUC-Campinas, Campinas, SP, 2003

Um olhar lúdico e ensaísta sobre a trajetória do samba de bumbo, a partir da história de pessoas de Campinas, Pirapora e São Paulo, que participam ou participaram das rodas de samba rural paulista. Uma contemplação da cultura negra, através do paradoxo entre a força do tambor e a fragilidade social.

"Pedra da Memória" - Dir. Renata Amaral

Longa-metragem - dur. 59' 20" - São Luís, MA, 2011

Um diálogo estético entre as tradições populares do Brasil e do Benin (África Ocidental), em uma aproximação poética e reveladora conduzida pela memória de Pai Euclides Talabayan da Casa Fanti Ashanti .

Dia 21/11, quinta-feira, às 19h

"Caixa Preta" - direção Ana Cláudia Okuti

Curta-metragem - dur. 17' 30" - Produção Nós do Morro - Rio de Janeiro, RJ, 2009

Docudrama sobre os dilemas da população pobre do Rio de Janeiro, enfrentando dificuldades financeiras, desemprego, estigmatização social e violência Policial.

"BAC Tainã" - direção coletivo da Casa de Cultura Tainã

Média-metragem - dur. 24' - Casa de Cultura Tainã - 2003

Roda de conversa do pessoal da Tainã com Cláudio Prado, representante do MinC, sobre as configurações possíveis do Programa Cultura Viva/Pontos de Cultura.

"Semba" - direção José Guilherme Maia Lopes

Curta-metragem - dur. 6' 56" - Casa de Cultura Tainã, Campinas, SP, 2012

Apresentação da obra do artista plástico Aluizio Jeremias, através da exposição Semba, abordando a história do samba campineiro.

Dia 22/11, sexta-feira, às 19h

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208 / 2013

Brasília, 18 de novembro de 2013.

"Quilombo Brasil" - coletânea de vídeos sobre projetos desenvolvidos por Quilombos da Rede Mocambos. Produção: Política do Impossível/Casa de Cultura Tainã/Rede Mocambos - dur. 128', 2011.

"Luz Quilombola"- dur. 15' 20" - Quilombo Ribeirão Grande, Vale da Ribeira, SP.

A construção de um gerador de energia movido por uma roda d'água para prover de energia elétrica o Quilombo Ribeirão Grande.

"Deslocamentos no Maranhão"- dur. 32' 20" - Quilombo Canelatiua, Alcântara, MA. História do tratamento dado aos diversos quilombos da região de Alcântara, por conta da instalação e ampliação da Base Aeroespacial.

"Voz Livre, o que é ser quilombola hoje" - dur. 17' 30" - Olinda, PE.

O Quilombo Urbano do Xambá e a Rádio Amnésia reordenando a dinâmica das tradições afro-brasileiras de Olinda.

"Conceição das Crioulas" - dur. 20' - Quilombo Conceição das Crioulas, PE.

Tensões e dilemas da trajetória de um quilombo com mais de 200 anos.

Dia 23/11, sábado, às 19h

"Quilombo Rio Do Macaco" - direção Josias Pires

Curta-metragem - dur. 15' - Bahia, Brasil, 2011

Canudos é aqui, entre Salvador e Simões Filho, na Baía de Aratu. Este filme mostra que a Marinha do Brasil deflagrou nesta região guerra a um grupo de famílias negras descendentes de escravos que vivem ali antes da chegada da marinha. Hoje constituem mais de 50 famílias reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo.

"A Voz dos Quilombos"- direção Lellete Couto

Média -metragem - dur. 22' - Superintendência da Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos Rio de Janeiro, RJ, 2009

Documentário que tem por objetivo dar visibilidade aos remanescentes dos quilombos que vivem na Região Médio Paraíba, interior do Estado do Rio de Janeiro. A produção do filme foi acompanhada por jovens que participaram do I Encontro Est. da Juventude Quilombola.

"Arquitetura da Exclusão" - direção Daniel Lima

Curta-metragem - dur. 15' 30" - Rio de Janeiro, RJ, 2010

CONT.



O documentário propõe um questionamento sobre os muros, visíveis e invisíveis, que permeiam os centros urbanos. Nesta proposição, o Morro Santa Marta, primeira favela a ser cercada por muros construídos pelo Estado do Rio de Janeiro, e o carnaval carioca apresentam-se como situações potentes da nossa realidade e imaginário.

"Caso Laurindo Gomes" - direção José Guilherme Maia Lopes

Curta-metragem - dur. 17', Cor - 2013 - Prosa na Serra, Iporanga, SP.

Laurindo Gomes, do Quilombo de Praia Grande - Iporanga, SP, sua história se mistura com a história de lutas das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira, há quase 3 anos foi brutalmente assinado. Laurindo é lembrado por lutar pelos direitos aos territórios tradicionais, reconhecimento oficial das comunidades caboclas e quilombolas.

Casa de Cultura Tainã

Dia 24/11, domingo, às 17h

"Quilombo Brasil" - coletânea de vídeos sobre projetos desenvolvidos por Quilombos da Rede Mocambos. Produção: Política do Impossível/Casa de Cultura Tainã/Rede Mocambos

"Deslocamentos no Maranhão" - dur. 32' 20" - Quilombo Canelatiua, Alcântara, MA. História do tratamento dado aos diversos quilombos da região de Alcântara, por conta da instalação e ampliação da Base Aeroespacial.

"BAC Tainã"- Curta-metragem - dur. 24' - Casa de Cultura Tainã - 2003

Discussão das proposições culturais sobre a definição do Programa Cultura Viva

"Semba" - direção José Guilherme Maia Lopes

Curta-metragem - dur. 6' 56" - Casa de Cultura Tainã, Campinas, SP, 2012 Apresentação da obra do artista plástico Aluizio Jeremias, através da exposição Semba, abordando a história do samba campineiro.

"IPADE da Juventude Quilombola e Indígena no Rio Grande do Sul" - direção PC Barbosa - Curta-metragem - dur. 16' 19" - Núcleo Sul de Formação e Comunicação da Rede Mocambos - 2013.



Negros escravizados no período colonial resistiram como puderam, diz especialista
SÍTIO FOLHA DO MS, 18.11.2013

Desde que os colonizadores portugueses chegaram ao Brasil, há mais de 500 anos, eles exploraram, inicialmente, a mão de obra indígena. Mas o contato com os homens brancos foi péssimo para a saúde dos índios. Além disso, os nativos conheciam muito bem o território e fugiam com facilidade.

Por razões econômicas e também em busca de mão de obra qualificada, os portugueses começaram a trazer africanos escravizados para o Brasil. Os negros eram obrigados a vir para um país estranho, numa travessia de barco que levava meses, em condições precárias, para trabalhar forçado.

Mas as regras duras da chibata não foram aceitas sem luta. Os negros escravizados resistiram da forma que puderam. "Falar das lutas negras é falar disso, dos enfrentamentos, dos embates do outro lado do Atlântico, na travessia, do lado de cá do Atlântico. Eu costumo pensar na resistência de uma forma muito ampla", destaca o professor Nelson Inocêncio, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de Brasília.

Para ele, o termo que define a retirada dos negros do Continente Africano é sequestro. "Este sequestro realmente foi algo absurdo, inominável. O Brasil foi o país que mais importou população africana. Dentro daquele universo de extrema violência existiam articulações coletivas para, de alguma forma, tentar minar o sistema", ressaltou.

A resistência sempre foi a palavra de ordem de quem era forçado ao trabalho escravo. Mas não foi fácil. Os negros foram caçados e perseguidos. Por isso, procuravam não ficar sozinhos. Em comunidade, era mais fácil sobreviver.

Os locais de refúgio começaram a se formar logo após a chegada dos primeiros navios negreiros ao Brasil. Nasceram, assim, os chamados quilombos. O mais famoso deles, o Quilombo dos Palmares, em Alagoas, data do fim do século XVI. Isso quer dizer que pouco depois do início da escravidão, os primeiros negros já começaram a fugir.

A herança de quem fugiu da escravidão ainda é viva entre os quilombolas. Sirilo Rosa, presidente da Associação Quilombo Kalunga, comunidade no interior de Goiás, conta um pouco da história que já escutou. "Eu ouvia nossos antepassados falarem que tinha um lugar chamado quilombo mas que eles não sabiam onde era. [Diziam] que esse lugar chamado de quilombo era onde o pessoal que foi escravo fugia e ia pra lá", lembra. "Era um lugar isolado e que não tinha nem estrada pra chegar. Eles saíam das casinhas deles, mas não deixavam trilha. Saíam de um lado e chegavam por outro".

A jovem quilombola Edmeia Batista Costa, da comunidade Kaonge, em Cachoeira, na Bahia, também conhece a história de quem veio antes. "A gente sabe que os antepassados lutaram muito. Muitos apanharam no chicote. Agora a gente não tem mais isso. Graças a Deus, a

CONT.



escravidão já acabou e eles passaram para gente o trabalho e a luta deles para a gente continuar”, conta.

O Brasil têm mais de duas mil e quatrocentas comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Elas estão espalhadas em 24 estados e se organizam de forma diferente. A maioria vive da agricultura de subsistência. Ou seja, eles produzem na roça praticamente tudo o que precisam. É o caso de dona Leotéria, lavradora Kalunga. Ela planta mandioca, arroz, milho, cana, feijão de corda, além de frutas, hortaliças e ervas medicinais.

Dona Leotéria diz que nem sempre é fácil, mas que já viveu dias mais difíceis no passado. “Já foi sofrida a nossa vida. Uma parte foi boa e outra sofrida mas, graças a Deus, nós sobrevivemos. Não tinha rodagem [estrada] por aqui, não tinha médico. A pessoa adoecia, levava para Cavalcante [um dos municípios que compõem o território Kalunga, distante 30km da comunidade] na rede”, recorda. “Hoje está melhor porque já tem médico, já tem muitas coisas. Hoje já tem até o posto [de saúde] aqui, também. Uma hora tem médico, outra hora não tem. Mas a hora que tem já serve”, resigna-se.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares, apenas os estados do Acre e de Roraima e o Distrito Federal não contam com esses remanescentes. Mais de 200 processos de certificação ainda estão sendo analisados e mais de 500 comunidades foram identificadas pela fundação como quilombolas, mas não solicitaram a Certidão de Autodefinição, já que o primeiro passo para ser quilombola, é se reconhecer como tal.

É o famoso sentimento de identidade, como explica Juvani Jovelino, Líder Espiritual da Comunidade Kaonge, na Bahia. “Ser quilombola é você saber [a origem] os 50% do seu sangue. Não é só negro que é quilombola, porque existe branco também que é quilombola porque tem 50% do sangue que ele não procurou saber de onde vem.”

Agência Brasil

Quilombo dos Palmares expõe vestígios da resistência negra em AL

SÍTIO RÁDIO LIBERDADE, 18.11.2013

Memorial fica localizado na Serra da Barriga, em União dos Palmares. Sítio arqueológico deve receber 7 mil pessoas no dia da Consciência Negra.



Monumento no Quilombo dos Palmares faz homenagem aos antigos habitantes (Foto: Waldson Costa/G1)

O Quilombo dos Palmares, maior centro de resistência negra do Brasil Colonial, resiste. Do alto da Serra da Barriga, em União dos Palmares, o local que foi símbolo da luta pela liberdade dos escravos por mais de um século, é mantido preservado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que considera o Parque Memorial Quilombo dos Palmares como Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico desde 1985.

Destino turístico de Alagoas, o sítio arqueológico do principal quilombo de resistência negra das Américas teve algumas de suas principais edificações reconstituídas, recuperando aspectos históricos e culturais da comunidade e do povo que resistiu por mais de 100 anos aos ataques de holandeses, portugueses e bandeirantes.

De Maceió até o município de União dos Palmares são 84 km. Da cidade conhecida como Terra da Liberdade até o pico da Serra da Barriga, onde está localizado o Parque Memorial, mais 9 km por estrada de terra, em um percurso que exige prudência do condutor, mas que compensa diante da vista que se abre a cada curva da serra.

Ao chegar ao quilombo é preciso atravessar a muralha protegida por uma torre de vigilância para alcançar o largo onde estão situadas as edificações feitas de pau a pique e cobertura vegetal. No destaque, do cenário montado entre árvores, estão ocas em formatos indígenas, a casa de farinha, a estátua em homenagem aos negros e os espaços destinados a convivência comunitária e religiosa.

CONT.

"O Quilombo dos Palmares é um lugar especial porque representa a ancestralidade de um povo que resistiu a diversas batalhas em nome da liberdade. Além de tudo, este local faz parte da história de Alagoas e do Brasil que merece ser conhecido e compreendido pelo povo brasileiro", expõe a representante da região Nordeste da Fundação Palmares, Maria José da Silva.



líder negro Zumbi dos Palmares está presente na entrada da cidade de União dos Palmares (Foto: Waldson Costa/G1)

Ainda no entorno do quilombo, outros pontos que chamam a atenção dos visitantes são os mirantes, com vistas ampliadas de grande parte da região, e a Lagoa Encantada dos Negros, nascente que ainda abriga uma antiga árvore gameleira. Atualmente 16 famílias descendentes dos quilombolas ainda vivem dentro do Parque Quilombo dos Palmares, entre elas a dona de casa Adriana da Silva dos Santos, 27 anos, que trabalha vendendo água e comida para os visitantes.

Só no mês de novembro é que o movimento de visitantes aumenta no Parque"
Adriana Santos, moradora do sítio arqueológico

"Vivi toda minha vida aqui. Gosto deste lugar. A única coisa que sinto falta é a presença de pessoas durante as outras épocas do ano. Só em novembro é que o movimento de visitantes aumenta e consigo ganhar um dinheiro extra para ajudar meu esposo", diz a vendedora de cocada Adriana enquanto aguarda os poucos turistas que visitam o local.

Consciência Negra

Durante as festividades da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro, data da morte do último comandante-chefe do Quilombo dos Palmares, o guerreiro Zumbi dos Palmares, que foi morto em 1695, a expectativa é que cerca de 7 mil pessoas visitem o local, entre elas turistas de todo o mundo e integrantes de movimentos negros.

CONT.

Neste ano, as comemorações na Serra da Barriga contam com cortejo religioso, roda de capoeira e diversas outras atividades culturais. As festividades se estendem ainda por União dos Palmares, onde acontece o show do sambista Martinho da Vila, e pela comunidade quilombola Muquém, que fica a 4 km da cidade palmarina.

Zumbi dos Palmares

Zumbi dos Palmares nasceu no estado de Alagoas no ano de 1655. Foi um dos principais representantes da resistência negra à escravidão na época do Brasil Colonial. Foi líder do Quilombo dos Palmares, comunidade livre formada por escravos fugitivos das fazendas.

O líder negro Zumbi dos Palmares está presente na entrada da cidade de União dos Palmares (Foto: Waldson Costa/G1)



Edificações que simulam quilombo histórico foram reconstruídas em largo da Serra da Barriga (Foto: Waldson Costa/G1)

No ano de 1675, o quilombo é atacado por soldados portugueses. Zumbi ajuda na defesa e destaca-se como um grande guerreiro. Após uma batalha sangrenta, os soldados portugueses são obrigados a retirar-se para a cidade de Recife. Três anos após, o governador da província de Pernambuco aproxima-se do líder Ganga Zumba para tentar um acordo, Zumbi coloca-se contra o acordo, pois não admitia a liberdade dos quilombolas, enquanto os negros das fazendas continuariam aprisionados.

Em 1680, com 25 anos de idade, Zumbi torna-se líder do quilombo dos Palmares, comandando a resistência contra as tropas do governo. Durante seu "governo" a comunidade cresce e se fortalece, obtendo várias vitórias contra os soldados portugueses. O líder Zumbi mostra grande habilidade no planejamento e organização do quilombo, além de coragem e conhecimentos militares.

Resistência

Foram necessárias cerca de 18 expedições para destruir definitivamente o Quilombo dos Palmares. Em uma das ocasiões de batalha, Fernão Carrilho ofereceu a Ganga Zumba, um líder
CONT.



que implementou táticas de guerrilha na defesa do território, um tratado de paz, onde ficaria instituído que todos os nascidos no quilombo seriam livres. Proposta que foi rejeitada por grande parte dos quilombolas.

No embate político, Ganga Zumba foi envenenado, deixando o poder para o irmão, Ganga Zona, aliado dos portugueses. Fato que resultou em rompimento entre os negros gerando um novo grupo liderado por Zumbi. Na ocasião, ele substituiu a estratégia de defesa passiva por guerrilha, com a prática de ataques surpresa a engenhos, libertando escravos e apoderando-se de armas, munições e suprimentos.

Após várias investidas relativamente infrutíferas contra Palmares, o governador e Capitão-general da capitania de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, contratou o bandeirante Domingos Jorge Velho e o Capitão-mor Bernardo Vieira de Melo para erradicar de vez a ameaça dos escravos fugitivos na região.

O quilombo passou a ser atacado pelas forças do bandeirante que contou com um contingente de 6 mil homens, bem armados e municiados. Um quilombola, Antônio Soares, foi capturado e, mediante a promessa de Domingos Jorge Velho, entregou Zumbi, que foi encurralado e morto em uma emboscada, no dia 20 de novembro de 1695.

A cabeça de Zumbi foi cortada e conduzida para Recife, onde foi exposta em praça pública, no alto de um mastro, para servir de exemplo a outros escravos. Sem a liderança militar de Zumbi, por volta do ano de 1710, o quilombo desfez-se por completo.



Boletim de Notícias - Edição nº 208 / 2013

Brasília, 18 de novembro de 2013.

Universitários pedem doações para campanha de ribeirinhos

SÍTIO PORTAL ORM, 18.11.2013

Alunos de oceanografia da UFPA organizam o 'Natal dos ribeirinhos' e arrecadam brinquedos e outros itens

Alunos do curso de oceanografia da Universidade Federal do Pará (UFPA) estão empenhados em arrecadar brinquedos, roupas, sapatos e bijuterias para a ação solidária do projeto 'Natal dos ribeirinhos', que ocorrerá no próximo dia 21 de dezembro, na ilha do Murutucu, em Belém. Este ano, cerca de 300 crianças devem ser beneficiadas pela iniciativa, promovida em parceria com o Programa de Proteção à Zona Costeira Amazônica (PPZCA).

O programa de proteção possui experiência em ações solidárias. Por isso, a contribuição do PPZCA estará voltada à organização de gincanas de educação ambiental sobre o ciclo do lixo e o tempo de decomposição de resíduos sólidos. Além disso, promoverá oficinas de materiais reutilizáveis, nas quais serão produzidas flores feitas com garrafas PETe rolinhos de papel higiênico para enfeitar o local antes da chegada de Papai Noel.

O projeto está na quarta edição. 'A novidade este ano é que vamos fazer um cadastro com os dados das crianças da comunidade para que cada uma delas seja 'adotada por um padrinho', que ficará responsável por fazer com que o pedido dos pequenos se torne realidade', explica o oceanógrafo Marcos Vinícius Barros da Silva, um dos coordenadores da iniciativa.

Segundo o oceanógrafo, a comunidade do Murutucu é composta por cerca de 50 famílias. 'Trata-se de uma localidade muito carente, onde seus habitantes vivem uma realidade surreal. Por isso, é muito gratificante poder ajudar e contribuir com a mudança desse cenário, principalmente no sentido de proporcionar um Natal digno a essas famílias', afirma. A viagem do próximo dia 21 de dezembro, com destino à ilha do Murutucu, contará com duas embarcações, com saída do próprio campus da universidade, às 9h.

Para colaborar, basta entrar em contato com os organizadores do projeto, por meio dos números: 8236-2799 (Marcos) ou 8811-8077 (Johnata). Se preferir, você pode comparecer, durante o período da tarde, no Centro Acadêmico de Oceanografia, situado no bloco Q do campus básico da UFPA.

Fonte: Amazônia



Radiofonia ajuda comunidades

SÍTIO PORTAL ORM, 18.11.2013

Em funcionamento há 33 anos, o serviço de radiofonia do Departamento Estadual de Engenharia de Telecomunicações (Detel) ajuda a tirar do isolamento comunidades indígenas e ribeirinhas de todas as regiões de Roraima. Os rádio-operadores recebem cerca de 700 chamados por mês dos locais mais remotos, oferecendo atendimentos que vão desde o acionamento de aeronaves para socorrer doentes até um simples recado para um familiar.

Com 45 anos dedicados à radiocomunicação, o diretor da Divisão de Engenharia e Manutenção do Detel, José Lavor, de 65 anos, conhece bem as dificuldades e compensações dessa atividade. Suas primeiras experiências ocorreram no Exército. Ele trabalhava numa central sediada em Manaus e realizava manutenção nos sistemas de radiofonia de quase todas as fronteiras amazônicas. "Nós saíamos de Manaus, íamos para Porto Velho, Rio Branco, Pacaraima, Bonfim e Boa Vista".

De acordo com o diretor, mesmo com as inovações tecnológicas, o sistema continua a ser usado pelo Exército, aliado aos modernos mecanismos de comunicação. "A radiofonia é um meio muito seguro de comunicação. Os computadores são mais vulneráveis. Nosso sistema é SSB, se alguém captar a mensagem não vai entender nada. Só vai decodificar quem tiver um aparelho igual", ressalta José Lavor.

Não é, porém, o sigilo, mas a necessidade de se conectar com autoridades, para solicitar ajuda, ou com parentes, para saber notícias, que leva pessoas das 54 comunidades atendidas pelas centrais de radiofonia a usar o serviço. Da Seção de Operação de Radiocomunicação, os técnicos mediam contatos entre usuários dos locais mais remotos.

Da Serra do Sol, em Uiramutã, até Santa Maria do Boiaçu, na região do baixo rio Branco, município de Rorainópolis, com prevalência das comunidades indígenas, as localidades são atendidas não apenas com o serviço de comunicação, mas com equipamentos e manutenção, pela Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinf), por meio do Detel.

Segundo José Lavor, as solicitações são feitas por ofício. "Se alguma comunidade de Uiramutã, por exemplo, precisa do equipamento para usar a radiofonia, reivindica junto ao secretário do Índio, que envia ofício ao secretário de Infraestrutura, solicitando o atendimento. O secretário então informa sobre o pedido ao Detel, que se encarrega de atender", explica. "As comunidades indígenas agora é que estão se tornando visíveis para a sociedade, por isso damos uma atenção muito grande para elas. Se os índios forem falar com alguém para resolver esses problemas, ninguém resolve. Aqui eles têm todo apoio", destaca José Lavor.

A Secretaria de Infraestrutura fornece estações formadas por painel solar, sistema de controle, bateria alimentada por energia solar e o rádio, que é ligado direto na bateria, além do serviço de manutenção.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 208 / 2013

Brasília, 18 de novembro de 2013.

Equipes do Detel viajam para todos os locais atendidos com a finalidade de fazer revisão ou consertos e os usuários também trazem os equipamentos para o Laboratório do Detel fazer reparos.

Cerca de 60% das estações utilizam energia solar, o que é um avanço importante, porque são economicamente viáveis e sustentáveis. Outro progresso apontado por José Lavor é o sistema Fonepet utilizado atualmente. Por meio dele, é possível fazer os contatos entre as pessoas que estão nas centrais de radiofonia, com a transferência direta da chamada para o telefone das pessoas com quem elas desejam falar.

Por meio desse sistema, ocorre o acionamento de autoridades para solicitação dos serviços de saúde, de segurança pública, informar sobre acidentes, mortes, situação de pontes e de estradas; além do contato com parentes ou amigos para enviar ou pedir notícias.

De acordo com José Lavor, o Detel aguarda a chegada de novas centrais. Ele ressalta que o pedido dos equipamentos já foi feito. Serão adquiridas estações modernas, modelos nos quais podem ser incorporados teclados para envio de mensagens de texto.